



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 23 - TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmiir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, de 2008

ATO DECLARATÓRIO

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 395, de 27 de setembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de março do corrente ano.

Congresso Nacional, em 10 de março de 2008

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO **Nº 6, DE 2008**

Suspende a execução do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do **Habeas Corpus** nº 85.056-1 – Minas Gerais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de março de 2008.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 26ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 160, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2007 (nº 262/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná*.....

4992

Nº 161, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2007 (nº 244/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina*.....

4995

Nº 162, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2007 (nº 265/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia*.....

4998

Nº 163, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2007 (nº 150/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia*.....

5001

Nº 164, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007 (nº 197/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à*

TV Mar Ltda, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.....

5004

Nº 165, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2007 (nº 216/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo*.....

5008

Nº 166, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2007 (nº 243/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo*.....

5011

Nº 167, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2007 (nº 280/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo*.....

5014

Nº 168, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2007 (nº 180/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará*.....

5017

Nº 169, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2007 (nº 298/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequên-*

cia modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.....

5020

Nº 170, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2008 (nº 269/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.....*

5023

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 372, 397, 405, 420, 424, 428, 436, 438, 448, 459, de 2007; e 2, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 23, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....

5026

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o jornal **O Povo**, em comemoração aos 80 anos de sua fundação, de acordo com os Requerimentos nºs 114, 150 e 164, de 2008, da Senadora Patrícia Saboya, Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores. Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referência homenagem.....

5027

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....

5027

1.2.3 – Ofício do Vice-Presidente no exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 11/2008, 26 de fevereiro último, encaminhando a Mensagem nº 56 (nº 46), o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais e ela vinculadas. Arquivamento da Mensagem nº 46, de 2008.

5027

1.2.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 50, de 2008 (nº 57/2008, na origem), de 13 de fevereiro, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. (falacr031).....*

5027

Nº 51, de 2008 (nº 91/2008, na origem), de 5 do corrente, *submetendo à apreciação do*

Senado a indicação do Senhor Mario Rodrigues Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.....

5033

1.2.5 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Manifestação sobre a questão do meio ambiente.

5035

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 228, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Governador do Paraná, Adolpho de Oliveira Franco.....*

5042

Nº 229, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006.....*

5043

Nº 230, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual Antonio Facci.*

5044

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOÃO RIBEIRO, como Líder – Registro da visita do Presidente Lula, amanhã, ao Estado de Tocantins.

5045

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Observações sobre a grandeza do Estado de Pernambuco. Análise da gestão de S.Exa. no governo de Pernambuco entre janeiro de 1999 e março de 2006.....

5046

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários acerca de nota dirigida à imprensa pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, em resposta às críticas do Presidente Lula, que atribuiu à Oposição intransigência em relação ao Orçamento da União. Postura favorável à extinção da Comissão de Orçamento. Referências à matéria da revista britânica **The Economist**, que diz que a vontade de burlar o ordenamento jurídico no Brasil “não surpreende”. Necessidade de aprimoramento da proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo federal.

5051

SENADOR PEDRO SIMON – Apelo ao Presidente Garibaldi Alves Filho a extinção da pena imposta ao servidor do Senado Marcos Santi, punido por ter acusado o ex-presidente Renan Calheiros de usar o cargo para manipular o processo de cassação.

5059

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro do editorial da **Folha de S. Paulo**, intitulado “Eu não sou cachorro, não!”, que analisou o caso dos brasileiros impedidos de ingressar na Espanha.

5064

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Defesa da liberação do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas com finalidade terapêutica, quando faz comentários à ação direta de inconstitu-

cionalidade em julgamento no Supremo Tribunal Federal que contesta a autorização dada pela Lei de Biossegurança..... 5066

SENADOR *MÃO SANTA* – Considerações sobre a medida que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais..... 5068

SENADOR *SIBÁ MACHADO*, como Líder – Balanço do resultado das medidas adotadas no Estado do Piauí pelo governador Wellington Dias..... 5071

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Registro da inauguração de agência da Caixa Econômica Federal no município de Sena Madureira, no Acre. Lamento pela ausência de uma política agrícola no Estado do Acre. 5074

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 11, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 5076

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 14ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 25 de fevereiro de 2008 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 5083

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 10-3-2008

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 26ª Sessão Não Deliberativa, em 10 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Mão Santa,
Gim Argello e Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 160, DE 2008

**Da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática, so-
bre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372,
de 2007 (nº 262/2007, na Câmara dos Depu-
tados), que “aprova o ata que renova a con-
cessão outorgada à Rádio Eldorado do Pa-
raná Ltda. para explorar serviço de radiodi-
fusão sonora em onda média na cidade de
São José dos Pinhais, Estado do Paraná”.**

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator *ad hoc*: Senador **Expedito Júnior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 372, de 2007 (nº 262, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 372, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 372, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na forma

do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008. – Senador **Wellington Salgado**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator – Relator **ad hoc**, Senador **Expedito Júnior**.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 372/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Wellington Salgado
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR
ad hoc

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS
RELATOR

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Majoria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 342/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAURÍCIO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
ACIACIO ROLLEHO	X				PIAUARIAS				
REYATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
IDEIAS VAI TO	X				FRANCISCO CORNELIUS				
					FÁTIMA OLIVEIRA				
TITULARES - MAJORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR BAURI					ROMERO LIMA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GUANAM BORGES					MAIO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEONAR QUINTEIRA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCISCO TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEO TIAMA					HERACLIU FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSÁRIA CLARINI				
JOÃO TITURIO					ELISA RUBEN	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCONI PERILLO				
LEONAR DUCENA	X				PAPALDO SAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIAN	X								
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS				
CRISTOVAM BUCARQUE					(VACIO)				

TOTAL: 00 SIM: 03 NÃO: 00 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 161, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2007, (nº 244/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

Relatora; Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 397, de 2007 (nº 244, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permis-

são à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da

Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constituição

nalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 397/07 NA REUNIÃO DE 05/03/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRÉSIDENTE: <i>(Sin Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI RELATORA	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Majoria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSÁLIA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 394 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
4. GUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO	X			
IDELI SALVATII	X				FRANCISCO DOMINILLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAJORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WILLINGTON SAZAGADO DE OLIVEIRA					SERGUN CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER FREIRE					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DIONÍSIO TORRES					ELISIU RESNDE				
ROMEU TACA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					PIEZA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCONI PERILLO				
CICERO CENA	X				ZAPALLO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 00 NÃO: 00 ABS: 00 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/03/2008

SENADOR WELLINGTON SAZAGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 162, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2007 (nº 265/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia.

Relator; Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº

405, de 2007 (nº 265, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 405, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 405, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Central a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia, na

forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 405/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Majoria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUÇA

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

RELATOR

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PHS 405 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVETELA					EXPEDITO DINIZ	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
DELUZA VANTI					FRANCISCO DORNELLES				
					PATRICIA CLAUDE				
TITULARES - MINORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPO					ROMERO RUI A				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVANI PORCES					MAO SANTA				
WALTER PEREIRA					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMONTINIS TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEL LIMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA CARLINI				
JOÃO TENÓRIO	X				FLESA RILUÍRO	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCONI PERILLO	X			
CICERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIAZI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGOS)				

TOTAL: 42 SIM 11 NÃO ABS - AUTOR - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.
.....

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

PARECER Nº 163, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2007 (nº 150/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 420, de 2007 (nº 150, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de

1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica

legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 420, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 420/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁGLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
RELATOR	5. FLEXA RIBEIRO
JOÃO TENÓRIO	6. MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	7. PAPALÉO PAES
CÍCERO LUCENA	
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTÓVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS

TÍTULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, P, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, P, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPERITO LONOR	X			
AGOSTO BUVEIRO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASACANDU	X				JOÃO RIBEIRO				
DELL SALVATI	X				FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TÍTULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR ZACUP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					CHRISTY GAMA TA				
GILVAN BORGES					MÃO SANTA				
VAI TER PEREIRA					LEONAR QUINTANILHA				
TÍTULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					SEI ISF. RESENDE				
ROMÉ LUTIMA					HELACILTO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CARLINI				
JOÃO TENÓRIO	X				ELENA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO	X			
OUTERO LUCENA	X				PAPALEO PAIS				
TÍTULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAK BIASI	X								
TÍTULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 00 ABST. PRESIDENTE: 3

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
.....

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117
(*), de 27 de agosto de 1962**
.....

Art 14. Sómente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

PARECER Nº 164, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007 (nº 197/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 424, de 2007 (nº 197, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar

serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992,

do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 424, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo G projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 424, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 424/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Wellington Salgado de Oliveira
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTAMILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

RELATOR

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 624 / 07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELLO CRIVILLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
ALGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS				
REYVALD CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO	X			
JOEL SALVATI	X				FRANCISCO DORNELLES				
					FA JMA GLEIDE				
TITULARES - MINORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVANI FORGES					MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					TEOMAR QUINTANILRA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TOULOS					ELISEU RESENDE				
ROMEL LIMA					PERACILTO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALDA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
GERSON LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PTH	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTH	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM 13 NÃO 00 ABS 00 AUTOR 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

PARECER Nº 165, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2007 (nº 216/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 428, de 2007 (nº 216, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 428, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 428, de 2007, não

evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Mídia Comunitária de Caieiras a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 428/07 NA REUNIÃO DE 05/10/31 2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Majoria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEDMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

RELATOR

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASKI

PDT

Relator "Ad Hoc"

CRISTOVAM BUARQUE

1- VASO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 428 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CHAVEIRA					EXELENTO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTTELHO	X				FLAVIO ARS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOAO RIBEIRO	X			
IDEEL SALVATI					FRANCISVALDO NUNES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - QVOR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - QVOR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGNER RAUPE					ROMERO DUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GLYVAN BORGES					MARCO SANTIA				
VALTER PEREIRA					LEONAR QUANTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEBORA LINDA TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEO TUMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CHARLING				
JOAO TENORIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO ACEREDO					MARCONI PERILLO				
GILBERTO LUCENA	X				PAPALEO PAVES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVANI BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 166, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2007 (nº 243, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 436, de 2007 (nº 243, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ibaté, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feve-

reiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 436, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 436, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 436/07 NA REUNIÃO DE 05/03/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRÉSIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPE

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

RELATOR

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. ALEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1. VAGO

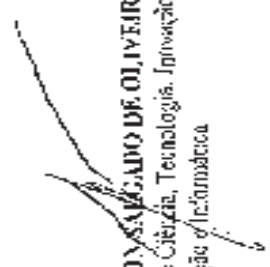
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 436 12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSD, DEB, B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOVELHO	X				FLÁVIO AB'S				
LEONATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
IDEAL SALVATI	X				FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPE					ROMERO LUCA				
WFLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAN HORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMISTENES TORRES					ELISEU REZENDE				
ROMFATUMA					HIRACATO FORTES				
MARIA DA LARIHO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CARLINI				
JOÃO ITYRÍRIO					FLEXA ELBEIRO	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCONATO FERREIRO				
CICERO LUCENA	X				PARA JOÃO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO CAMBIASI	X								
TITULAR - PDS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM EDUARQUE					VAGUO				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SAI A DAS REUNIÕES EM 05/03/2008



SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº167, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2007 (nº 280 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**
Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 438, de 2007 (nº 280, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 438, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atri-

buições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 438, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA ASSINAM O PARECER AO PDS 438/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Senador Wellington Salgado de Oliveira,</i> Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Minorias (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCA
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDS)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA RELATOR	2. HERÁCLITO FORTES
MÁRIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 438 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSD, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCIO CUNHA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					ILVIO ARAÚJO				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
IDEI SALVATI	X				FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CELEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO IUCÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMISTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMÉULY TUMA					HERACITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JONCIL	X				ROSALBA GARCIA JUNI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCONI PERELLO				
CÍCERO L. CENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAVIRIASI	X								
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BLARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 40 SIM: 03 NÃO: 00 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 168, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2007 (nº 180/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Aurora, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

Relator *ad hoc*: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 448, de 2007 (nº 180, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 448, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 448, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela apro-

vação do ato que autoriza a Associação Comunitária Senhor Menino Deus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 448/07 NA REUNIÃO DE 05 03 08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRS e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE
AD HOC

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES
RELATOR

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 448 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AGOSTO ROTEIRO					FLAVIO ANS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RUBIRO	X			
IDEL SALVATI	X				FRANCISCO DORNELIS				
					PATIMÁ CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAJUF					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSOY CAMATA				
GILVAM BORGES					MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEONAR QUINLANEHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISCU RESENDE				
ROMEL TUNCA					MIRACULU FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					RUSALBA CARLINI				
JOÃO JENÍRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAZALEO PASS				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM DUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM; 09 NÃO; 01 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 (Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 169, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2007 (nº 298/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 459, de 2007 (nº 298, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se,

nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 459, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atri-

buições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 459, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 459/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Majoria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCA
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL RELATOR
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALEO PAES
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

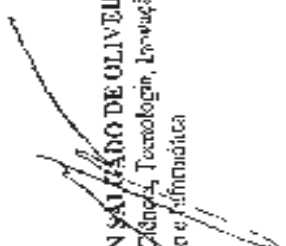
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 459 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTEELHO					FLAVIO ARAUJO				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
IDELI SALVATI	X				FRANCISCO DORNELLES				
					PAULINA CELEDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUJO					ROMERO LIMA				
WILLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVANI ROQUES					NÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUENTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISU RESENDE				
ROMEU FUMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					ROSÁLEIA CLARINI	X			
JOÃO TENRIO					FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEVEDO	X				MARCON PEREIRA				
CICERO LUCENA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PAPALEO PAES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - PTB	X				SUPLENTE - PTB				
SEBASTIÃO ZAMBALÁ	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - PDI									
CRISTOVAM BUARQUE									

TOTAL: 40 SIM: 2 NÃO: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/03/2008



SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

PARECER Nº 170, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2008 (nº 269/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 2, de 2008 (nº 269, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais foi mais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 2, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 2, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo re-

paros quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Altamira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 002/08 NA REUNIÃO DE 05/03/2008
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Grupo de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IOELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Majoria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCA
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Grupo Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO RELATOR
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 00-2 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO LUNDR	X			
ALGUSTO BUSTILHO	X				FLAVIO ARAUJO				
RENATO CASAGRANDE	X				JOAO RIBEIRO	X			
IDELI SALVATI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUZY					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
OLIVIAM BORGES					MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEL RESENDE				
ROQUE TUMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CARLINI				
JOAQUINORIO					ILEANA KIEFFO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO	X			
OCIERO LUCENA	X				PAULÃO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIANI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM DUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 14 NÃO: 18 ABS: 10 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 23, de 2008**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 372, 397, 405, 420, 424, 428, 436, 438, 448, 459, de 2007; e 2, de 2008.**

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº 23/2008 – CCT

Brasília, 5 de março de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 372, 397, 405, 420, 424, 428, 436, 438, 448, 459 de 2007 e 002 de 2008.

Atenciosamente. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o jornal **O Povo**, em comemoração aos 80 anos de sua fundação, de acordo com os **Requerimentos nºs 114, 150 e 164, de 2008**, da Senadora Patrícia Saboya, Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008** (nº 2.440/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, Ofício da Comissão de Assuntos Econômicos que será lido.

É lido o seguinte:

OF. Nº 11/2008/CAE

Brasília, 26 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro do corrente,

foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAE nº 04/2008-Circular, a Mensagem nº 56-Mensagem nº 46, 13 de fevereiro de 2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência determina o arquivamento da **Mensagem nº 46, de 2008**.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 50, DE 2008

(Nº 57/08, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANIT.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome: BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Afiliação: JOSÉ ARNALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
BEATRIZ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Identidade: 159072 – SSP/DF
CPF: 066814761-04
Profissão: Economista
Telefone: 61.3500 8100
Celular: 61.9966 7377
E-mail: bernardofigueiredo@terra.com.br

FORMAÇÃO

1973

Graduado em Economia pela Universidade de Brasília

1975

Pós-Graduado em "Elaboração e Análise de Projetos" pelo CENDEC – Ministério do Planejamento

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

2005 / 2007

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FUNÇÕES:

- Assessor Especial da Sub-Chefia de Articulações e Monitoramento da Casa Civil

2005 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

FUNÇÕES:

- Gerente de Projeto do Programa de Parceria Público-Privada

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração da Modelagem do Projeto da Ferrovia Norte-Sul dentro do Programa de Parceria Público Privada.
- Coordenador da Força Tarefa para implementação do Projeto da Ferrovia Norte Sul.
- Elaboração da Modelagem do Projeto do Ferroanel de São Paulo dentro do Programa de Parceria Público Privada
- Coordenação da Força Tarefa para Implementação do Projeto do Ferroanel de São Paulo.
- Elaboração dos Estudos Preliminares para inclusão do Projeto da Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava do PARANÁ no Programa de Parceria Público Privada.

2004 / 2005

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

FUNÇÕES:

- Diretor Administrativo e Financeiro

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração e coordenação do Plano de Revitalização das Ferrovias
- Elaboração do Estudo de Avaliação Econômico-Financeira do Projeto da Ferrovia Norte Sul

1999 / 2003

ANTF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS

FUNÇÕES:

- Diretor Executivo

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS

- Representação dos concessionários de transporte ferroviário de cargas na Comissão Federal de Ferrovias – COFER, responsável pela elaboração dos marcos regulatórios do setor.
- Elaboração de diagnóstico e proposta de desenvolvimento para o Transporte Ferroviário Nacional.

1995 / 1999

INTERFÉRREA S.A. SERVIÇOS FERROVIÁRIOS E INTERMODAIS

FUNÇÃO:

- Diretor Presidente
- Membro do Conselho de Administração da FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.
- Membro do Conselho de Administração da FERROVIA SUL ATLÂNTICO S.A. (atual ALL LOGÍSTICA)
- Presidente da CÂMARA BRASILEIRA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Avaliação econômico-financeira e elaboração do plano de negócios para as malhas da RFFSA.
- Negociação da participação da empresa no Grupo Controlador da Concessão da Malha Centro-Leste da RFFSA.
- Negociação da participação da empresa no Grupo Controlador da Concessão da Malha Sul da RFFSA.
- Criação, em "joint-venture" com o Grupo SPOORNET da ÁFRICA DO SUL, de subsidiárias para exploração do mercado de Locação de Locomotivas e de Logística Intermodal.
- Participação na estruturação das Concessionárias Ferroviárias FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A. e FERROVIA SUL ATLÂNTICO S.A..

1994**REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.****FUNÇÕES:**

- Chefe de Gabinete da Presidência
- Diretor da Área de Negócios da Região Nordeste

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração de Plano de Saneamento Financeiro e Gerencial da RFFSA
- Elaboração dos Estudos Preliminares do Programa de Desestatização da RFFSA

1992 / 1994**ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL****PRINCIPAIS CLIENTES:**

- TCI – Planejamento e Consultoria Internacional
- Siderúrgica Mendes Jr.
- Tera Transportes

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração de Estudos e Compatibilização das Operações Portuárias do Projeto de Revitalização do Cais da Gamboa do Porto do Rio de Janeiro.
- Elaboração do Projeto de Reestruturação da Área de Transportes da Siderúrgica Mendes Jr.
- Coordenação das Negociações do Contrato Operacional da Siderúrgica Mendes Jr. Com a Companhia Docas do Rio de Janeiro.
- Coordenação do Plano Ambiental de Desenvolvimento Integrado da Baía de Ilha Grande – PADIBIG.
- Concepção e Elaboração do Projeto de Instalação do Terminal Integrado de Cargas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

1990 / 1991**GERAIS TRANSPORTES S.A.****FUNÇÕES:**

- Diretor Presidente

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Reestruturação Organizacional e Operacional da Empresa
- Expansão e Diversificação dos Serviços.

1984 / 1990**SIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. – SIDERBRÁS****FUNÇÕES:**

- Chefe da Assessoria de Transportes
- Chefe da Assessoria de Transportes e Comercialização
- Adjunto do Diretor de Desenvolvimento
- Adjunto do Presidente para Assuntos Estratégicos
- Presidente da Comissão de Transportes do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Coordenação das Negociações das Condições Comerciais e Operacionais dos Contratos do Setor Siderúrgico com a RFFSA, CVRD e PORTOBRÁS.
- Coordenação das Negociações das Condições Comerciais e Operacionais dos Contratos das Empresas do Sistema SIDERBRÁS com Fornecedores de Serviços de Transporte Rodoviário, Ferroviário e Portuário.
- Supervisão das Operações do Terminal Privativo de Produtos Siderúrgicos de Praia Mole – Vitória-ES.
- Representação do Setor Siderúrgico junto à PORTOBRÁS para Elaboração do Estudo Comparativo das Tarifas Portuárias nos Portos Brasileiros, Europeus e Americanos
- Representação do Setor Siderúrgico no Grupo Executivo de Transporte para Siderurgia do Ministério dos Transportes.
- Representação da SIDERBRÁS no Comitê Assessor para Integração de Transportes na América Latina, da Diretoria do Instituto Latino Americano de Ferro e Aço – ILAFA.
- Representação do Ministério da Indústria e Comércio – MIZ – na Comissão Nacional de Defesa Civil.
- Coordenação da Elaboração do Modelo de Gestão do Sistema SIDERBRÁS.
- Coordenação da Elaboração do Plano Estratégico do Sistema SIDERBRÁS.

1980 / 1984**EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE BELO HORIZONTE – METROBEL****FUNÇÕES:**

- Chefe do Departamento de Transporte Ferroviário e Cargas
- Superintendente de Planejamento de Transportes
- Diretor de Operações

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Concepção e Implantação da Câmara de Compensação Tarifária do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Implantação do Plano de Reorganização do Transporte Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Implantação do Plano de Circulação de Veículos e Pedestres na Área Central de Belo Horizonte.
- Elaboração da Proposta de Transporte Ferroviário de Passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Trens de Subúrbio.
- Coordenação do Projeto de Integração do Sistema de Transporte por Ônibus com o Trem Metropolitano de Belo Horizonte.

1977 / 1980

SIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. – SIDERBRÁS

FUNÇÕES:

- Assessor de Transportes

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Supervisão do Estudo de Transportes para Siderurgia.
- Elaboração do Estudo de Localização de Unidades Industriais do Plano de Expansão das Siderúrgicas de Aços Planos
- Elaboração de Estudos Preliminares do Projeto de Implantação do Porto de Praia Mole – Vitória –ES.
- Representação da SIDERBRÁS no Grupo de Trabalho para Equacionamento das Exportações de Minério de Ferro pelo Porto do Rio de Janeiro.
- Representação da SIDERBRÁS na Comissão de Transportes do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

1973 / 1977

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – GEIPOP

FUNÇÕES:

- Coordenador de Avaliação Econômica de Projetos
- Chefe de Projetos

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Pesquisa de Campo e Avaliação Econômica do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Malha Rodoviária do Pantanal de Mato Grosso.
- Estudo de Mercado e Revisão Final do Plano Integrado de Transportes da Região Centro-Oeste.
- Estudo de Mercado e Avaliação Econômica do Plano Diretor de Transporte Ferroviário da Região Centro-Oeste.
- Estudo de Mercado e Avaliação Econômica do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Ligação Ferroviária do Sul de Mato Grosso ao Paraná.
- Chefe do Plano Operacional de Transporte de Veículos e Autopeças.



Aviso nº 119 – C. Civil

Brasília, 5 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 51, DE 2008
(Nº 91/08, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Mario Rodrigues Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.
Brasília, 5 de março de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Mario Rodrigues Junior

Rua Pascal, 1.310 – Apto 21
04616-004 São Paulo, SP
Tel.: (11) 5042 0866
(11) 9412 6009

C.P.F. nº 022.368.829-12

R.G. nº 8.339.791-7

Objetivo:

Síntese de Qualificações

- Experiência de 25 anos no segmento de engenharia de transportes rodoviário, ferroviário e fluvial, atuando na direção e gerenciamento técnico / administrativo;
- Responsável por projetos e execução de obras e serviços na área de transporte em especial: - Programas de recuperação e implantação de rodovias como BID, Caminhos da Qualidade – DER, Rodoanel de São Paulo, Reforma de embarcações tipo Ferry-Boats em estaleiros da Secretaria de Transportes;
- Gerenciamento técnico/administrativo de concorrências para construção, manutenção, operação, fiscalização e compra de materiais na modernização e privatização de rodovias e hidrovias, envolvendo recursos financeiros de até R\$ 2,0 bilhões / ano.
- Gerenciamento técnico/administrativo na elaboração e implantação de: - Caderno de Preços de Equipamentos, Mão de Obra e Serviços com apropriação de custos para orçamento, Critérios de Medição e Pagamentos, Gestão em processos de concessão e terceirização de serviços, Planejamento e Acompanhamento físico-financeiro de obras e serviços de engenharia;
- Facilidade de relacionamento e experiente em gerenciamento de equipes, tendo sido responsável por mais de 4.000 colaboradores.

Formação Acadêmica

Pós-graduação em Engenharia de Transportes – USP – Universidade de São Paulo

Graduação em Engenharia – Universidade de Mogi das Cruzes

Principais Cursos

- Gestão de Qualidade Total, Fundação Christiano Ottoni, São Paulo;
- Licitações Públicas – CETTA, São Paulo;
- Seminário de Matemática Financeira, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo;
- Tintas e Anti-Corrosivos, Tintas Sumaré, São Paulo;
- Motores Marítimos, Scania do Brasil, São Paulo;
- Reversores Marítimos, ZF do Brasil, São Paulo.

Idioma

- Inglês Básico;
- Espanhol Intermediário.

Experiência Internacional

FRANÇA – Visita Técnica a Rodovias

ESPANHA – Reunião Técnica com Associação de Carreteras e Visita Técnica a Rodoanel

Associações de Classes

Instituto de Engenharia de São Paulo;

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

AFD - Associação dos Funcionários da Dersa.

Histórico Profissional

10/2000 - 01/2007 - **DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo**

Autorquia do Governo do Estado responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias.

. Superintendente 05/2004 - 01/2007;

. Diretor de Engenharia - 02/2003 - 05/2004;

. Diretor Técnico de Serviços Licitações e Contratos 10/2000 - 02/2003.

04/2003 - 01/2007 - **DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Diretor de Engenharia - 04/2003 - 01/2007;

01/1989 - 10/2000 - **DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Gerente de Divisão de Orçamentos e Medições;

. Assistente da Diretoria de Terminais;

. Engenheiro do Setor de Licitações e Compras.

03/1983 - 01/1989 - **FEPASA - Ferrovia Paulista S/A**

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias.

. Comissionado no Departamento Hidroviário da Secretaria de Transportes do estado de São Paulo

. Diretor Administrativo Financeiro

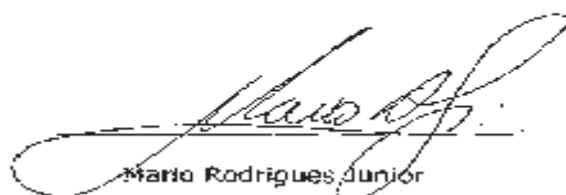
Dados Pessoais

Brasileiro, Casado, 49 anos, 2 filhas

Pai: Mario Rodrigues

Mãe: Yvone Bueno Rodrigues

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2.006



Mario Rodrigues Junior

Aviso nº 118 – C. Civil

Brasília, 5 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Mario Rodrigues Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para proferir seu discurso.

O Senador Paulo Paim fala por permuta com o Senador Gilvam Borges.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar sobre a questão do meio ambiente, tema que envolve toda a humanidade e que está sendo debatido em todo o mundo e que requer, com certeza, engajamento e consciência por parte de cada um de nós, para que possamos preservar aquilo que ainda é viável e urgente para nossa própria sobrevivência. Refiro-me, Sr. Presidente, à vida em condições saudáveis e respeitadas para com a natureza e para com nossos semelhantes.

Não podemos deixar de admitir que as belezas da nossa terra são inúmeras. Somos um País privilegiado. Essas belezas naturais, Sr. Presidente, são fontes de inspiração e deleite para os quatro cantos do mundo. O nosso rio Amazonas, por exemplo, inspirou Pablo Neruda em um poema lindíssimo:

Amazonas,
Capital das sílabas da água,
Pai patriarca, és
A eternidade secreta.
Só vou ler parte do poema, Sr. Presidente.
Em outro trecho, ele diz:
A lua não pode vigiar-te ou medir-te.

És carregado de esperma verde
Como árvore nupcial, és prateado
Pela primavera selvagem,
És avermelhado de madeiras,
Azul entre a lua das pedras,
Vestido de vapor ferruginoso,
Lento como um caminho de planeta.

Sr. Presidente, a mãe natureza vem sendo atacada de várias formas. Algumas vezes, com gestos grotescos e totalmente insanos; e outras, com pequenos gestos, algumas vezes até inconscientes, mas que pouco a pouco contaminam e destroem o meio ambiente.

Quero falar, Sr. Presidente, no dia de hoje, do aquecimento global, que já é, infelizmente, uma realidade. O aquecimento global é provocado pelo aumento da concentração dos chamados gases de efeito estufa, que impedem que o calor da terra volte para o espaço. O efeito estufa é um fenômeno natural e benéfico, mas a concentração excessiva dos gases que o provocam, principalmente o gás carbônico (CO₂), causa uma elevação da temperatura do planeta com consequências trágicas.

Cientistas prevêem um aumento da temperatura média no planeta entre 1.40°C e 5.80°C no final do século XXI. Tal aumento poderá causar secas em determinadas regiões e provocar inundações em outras. Haverá aumento no nível dos oceanos, derretendo geleiras, inundando regiões costeiras. O aumento do calor e da umidade fará aumentar o número de insetos e das doenças causadas por eles. E os efeitos serão ainda mais sentidos nos países mais pobres.

Entre as principais causas do aumento de concentração de CO₂ na atmosfera estão o uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural) e o desmatamento.

No Brasil, a emissão de dióxido de carbono é causada principalmente pelo desmatamento. Em nosso País, o processo de desmatamento começa com o Descobrimento e a chegada dos europeus. Primeiramente, o impacto foi sentido na Mata Atlântica, que cobria praticamente todo o litoral brasileiro, e, mais recentemente, esse processo chega de forma arrasadora à Amazônia.

Em matéria publicada no *Informativo* da LBV, o Engenheiro Dr. Marco Antonio Palermo, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, alerta:

A Bacia Amazônica possui uma biodiversidade de grande magnitude, com suas matas de terra firme, matas de igapó e matas de várzea, com suas árvores de copas gigantescas e a distribuição de 3.000 mil espécies de peixes. A Amazônia possui uma forte relação com a água, que constitui a base de sua sobre-

vivência. A região apresenta uma produção hídrica da ordem de 64% da vazão média total da Bacia e 10% da média mundial.

[E, mais uma vez, insisto, Sr. Presidente, em usar esta expressão: “água é vida”.]

A riqueza da biodiversidade da Amazônia e o seu delicado equilíbrio ecológico, aliados ao grande valor econômico de seus recursos naturais, exigem da sociedade, tanto nacional como mundial, uma nova consciência em direção ao desenvolvimento sustentável. Este é o grande desafio da Amazônia.

A Organização das Nações Unidas promoveu, de 05 a 07 de setembro do ano passado, a 60ª Conferência Anual do Departamento de Informação Pública, sob o tema “Mudança Climática: como impacta a todos nós”.

O evento aconteceu em Nova York e havia mais de duas mil representações da sociedade civil de todo o mundo. A ONU convidou a Legião Brasileira da Boa Vontade, que possui *status* consultivo geral no organismo, para contribuir na organização e mostrar como o Brasil tem enfrentado esse desafio.

A LBV tem sido incansável em seu engajamento em prol do meio ambiente e, no evento, ela expôs a linha educacional utilizada para a formação de indivíduos conscientes de seu papel, a fim de estabelecer uma Sociedade Solidária Altruística Ecumênica. Exemplo disso é a realização, há décadas, da campanha: “A destruição da Natureza é a extinção da Raça Humana”.

Recentemente, Sr. Presidente, recebi convite para participar da 2ª Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária, que ocorrerá em 19 de março, em Porto Alegre, e que a LBV promove em conjunto com a ONU. O tema será: “Desenvolvimento Sustentável”.

A busca por soluções para um mundo sustentável é o objetivo, também, do programa “Cidades e Soluções”, exibido todas as semanas na Globo News e no Canal Futura. Trata-se de um programa que destaca as iniciativas que já dão resultado e podem ser reproduzidas em outras cidades. Em 2006, “Cidades e Soluções” recebeu o Selo Iniciativa Verde – Neutro em Carbono, tornando-se o primeiro programa da televisão brasileira a ter suas emissões de carbono totalmente neutralizadas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como podemos ver, é urgente e vital para o Brasil e para todo o mundo deter o processo de devastação de nossas florestas.

Sr. Presidente, quando falamos em meio ambiente, para muitos pode soar como um discurso sem impacto, mas pode ter certeza de que falamos porque estamos, aqui, em defesa da vida.

Ações políticas e administrativas são essenciais para reverter esse quadro de abandono em que se encontram nossas matas.

O Brasil é um País de dimensões continentais e a nossa capacidade de controle é bem menor.

Recentemente, debruicei-me sobre uma matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** que pode ilustrar bem a necessidade de uma mudança no modo de agir política e administrativamente. A matéria fala do trabalho do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que, desde 2006, graças aos fundos setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia, possui cinco produtos prontos para serem patenteados. Entre eles, estão cosméticos, refrigerantes e reagentes químicos para tintas.

Ocorre, Sr. Presidente, que tais produtos não podem ser patenteados pelo simples fato de que o CBA não existe juridicamente, devido a uma indecisão sobre se o referido centro deve ou não ser uma fundação, um departamento ministerial ou mesmo uma autarquia. Enquanto isso, o Brasil perde a oportunidade de lançar no mercado esses produtos criados a partir de nossa biodiversidade e com tecnologia totalmente brasileira.

Outro grave problema que precisamos enfrentar é a conservação das espécies animais, que, muitas vezes, por ganância e por falta de escrúpulos, vêm sendo extintas sem dó nem piedade.

A lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção é um instrumento do Governo brasileiro de conservação da biodiversidade, onde são apontadas as espécies que, de alguma forma, estão sendo ameaçadas quanto à sua existência. A lista constitui, portanto, em elemento de referência na aplicação da Lei de Crimes Ambientais.

Muitos são os problemas, e precisamos encará-los de frente. O meio ambiente, Sr. Presidente, não pode esperar. A vida não pode esperar.

Estou preocupado, assim como os organismos nacionais, com a defesa da Amazônia, da Mata Atlântica, do bioma Pampa, do Aquífero Guarani e do próprio Cerrado.

Meus amigos, não apenas as florestas e os animais compõem o meio ambiente. A nossa realidade urbana também está ligada a ele de forma crucial. Precisamos repensar nossa rotina para a melhoria da qualidade de vida em todo o planeta. Falo do tratamento que dispensamos ao lixo que produzimos: líquido ou sólido, restos de comida, baterias de celulares e jornais velhos. No final do dia, tudo é descartado e vai parar nos famosos aterros sanitários.

Apresentei um projeto que dispõe sobre a coleta, o tratamento e a destinação final do lixo tecnológico.

Sr. Presidente, as características dos materiais que compõem esse tipo de resíduo tornam difícil sua absorção pelo ambiente e, o que é mais grave, são potencialmente capazes de contaminações irreparavelmente danosas à saúde da população e do meio ambiente.

Metais pesados, como os contidos em baterias de telefones celulares e em telas de televisores e de computadores, por exemplo, se dispostos em aterros sanitários ou em lixões a céu aberto – nossa realidade mais comum –, serão, em certo momento, absorvidos pelo solo, podendo contaminar o lençol freático que alimenta os nossos cursos de água.

Sr. Presidente, é fundamental que passemos a controlar esses fatores. Essas substâncias, assim disponíveis na natureza, passarão a ser incontrolavelmente ingeridas pela população, causando-lhe distúrbios no sistema nervoso central e câncer, pois suas propriedades cancerígenas são há muito conhecidas.

Sr. Presidente, o Brasil produz cerca de 100 mil toneladas de lixo por dia, mas recicla menos de 5% do lixo urbano – valor muito baixo se comparado à quantidade de material reciclado, por exemplo, nos Estados Unidos e na Europa. Lá, a reciclagem chega a 40%. A nossa chega a 5%.

De tudo que é jogado diariamente no lixo, pelo menos 35% poderiam ser reciclados ou reutilizados e outros 35% poderiam ser transformados em adubo orgânico.

O lixo é um problema relativamente recente, já que, há algumas décadas, era constituído, basicamente, por materiais orgânicos, facilmente decompostos pela natureza. Com a mudança nos hábitos, o aumento de produtos industrializados e o advento das embalagens descartáveis, o lixo tomou outra dimensão e sua “composição” também mudou.

Hoje, em vez de resto de alimentos, as lixeiras transbordam de embalagens plásticas, por exemplo, que levam mais de cem anos para se decompor; de papéis, que levam de três a seis meses; e de vidro, que precisa, Senador Mão Santa, de mais de quatro mil anos para se decompor. Vejam a diferença: plástico, cem anos; papel, de três a seis meses; vidro, mais de quatro mil anos.

Todavia, Sr. Presidente, o problema não é propriamente a característica do lixo produzido hoje nos grandes centros urbanos; o destino dado a ele é que nos assusta. Muitos desses materiais poderiam ser reaproveitados ou reciclados, diminuindo, assim, as enormes montanhas formadas nos lixões das cidades e, conseqüentemente, a degradação do meio ambiente.

Outro aspecto importante da reciclagem, além da consciência ecológica, é o fator social. A coleta

de material reciclável é, muitas vezes, a única fonte de renda dos catadores; a única fonte de renda e de emprego.

Muitas organizações não-governamentais, entidades sem fins lucrativos, empresas e a própria população têm se mobilizado para que, na medida do possível, se dê um tratamento adequado ao lixo produzido.

Quero enfatizar a importância de as empresas investirem cada vez mais na utilização de material reciclável.

Acredito, Sr. Presidente, que a realização de uma grande campanha junto aos órgãos públicos sobre a questão da reciclagem, enfim sobre atitudes ligadas diretamente à preservação da natureza, seria de ótima valia para todos.

Sei que muita gente está engajada em ações voltadas para o meio ambiente. Destaco aqui, como exemplo, o Instituto Sadia, uma organização de interesse público, fundada em dezembro de 2004 pela Sadia, para contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade. Sua responsabilidade inicial foi a estruturação do Programa 3S – Suinocultura Sustentável Sadia –, um programa de tratamento de dejetos de suínos, pioneiro no setor e o primeiro na indústria brasileira de alimentos a ser aprovado pela ONU.

Sr. Presidente, eu poderia aqui dar outros exemplos como o metano, gás que causa impacto 21 vezes maior que o gás carbônico em termos de aquecimento global e que está sendo lançado na atmosfera.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já vou passar a palavra a V. Ex^a.

Eu poderia também aqui falar, Sr. Presidente, da responsabilidade do Governo e do próprio Ministério do Meio Ambiente, do Ibama. E não quero aqui eximir ninguém de suas responsabilidades. No entanto, reconheço o esforço feito para reverter essa sua situação, principalmente no que tange à caminhada, à vida e à história da Ministra Marina Silva, que dedicou, eu diria, toda a sua vida em defesa do meio ambiente.

Senador Mão Santa, por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a nos surpreende. Na última reunião, V. Ex^a foi um poeta sobre o Dia Internacional da Mulher. Agora, V. Ex^a está superando o Al Gore como ambientalista, defensor da natureza. Mas vim esta semana para que V. Ex^a fosse o comandante, e eu, liderado. Queria lembrar que, nesse negócio de natureza – está aqui ao meu lado o Marco Maciel, intelectual da Academia Brasileira de Letras –, Sófocles disse que “muitas são as maravilhas da natureza, mas que a mais maravilhosa é o ser humano”. Então, é a esse que temos de dar

prioridade, porque o nosso ser humano, o ser humano brasileiro, os velhinhos e os aposentados estão sendo agredidos pelo próprio Governo, pela própria instituição que criamos. Então, está tudo bacana. V. Ex^a, na luta pelo direito e pelas conquistas civis, igualou-se a Martin Luther King e, agora, está se igualando ao Al Gore nos problemas do meio ambiente, que é justo, que é importante. Mas temos uma dívida maior e é para já. Sófocles disse que “muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano”. Então, esse ser humano, os nossos velhinhos, os nossos aposentados estão sacrificados. Para isso é que queremos que V. Ex^a – e viemos esta semana – lidere o processo. Quis Deus estar aqui do lado o Marco Maciel, que dirige, com muita competência, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Temos de combater essa injustiça. O próprio Rui já dizia que o atendimento de uma justiça, se for demorado, é uma injustiça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a não tem nenhuma dúvida de que amanhã é o dia “D”, pois está prevista, lá na Comissão de Assuntos Econômicos, a votação do PL nº 58. Os aposentados virão aqui a Brasília, de ônibus inclusive, para assistir a essa votação. Espero que não enrolem para, de novo, não permitir a votação. Se não querem votar lá, vamos trazê-lo para o plenário. É o apelo que farei amanhã lá na Comissão.

Estou vendo aqui os Senadores Jarbas Vasconcelos e Marco Maciel. Todos já conversaram conosco sobre o seu compromisso para com os idosos. Só queremos votar. A votação é o símbolo da própria democracia.

O PL nº 58 está pronto e será votado amanhã na Comissão ou no plenário esta semana. Creio que temos de fazer um acordo. Se tivermos de fazer um acordo para votar as MPs, que se faça o seguinte: votaremos as MPs e, a seguir, votaremos o dos aposentados e pensionistas...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (...) já que não podemos votar nada sem que primeiramente votemos as MPs. Vamos fazer o debate, é claro, cada expressando seu ponto de vista sobre cada MP. Depois de votadas, no meu entendimento, o primeiro projeto que tem de ser votado é o que trata do interesse dos aposentados. A Comissão, amanhã, trabalhará sobre essa questão.

Quero terminar, Sr. Presidente. É claro que não vou poder ler todo o meu pronunciamento, mas quero agradecer, inclusive, aos ambientalistas que me

ajudaram a redigi-lo. Que V. Ex^a o considere lido na íntegra.

Termino com uma frase, que menciono aqui, do mestre Dalai Lama, que diz: “Compaixão e amor não são meros luxos. Como fonte tanto de paz interior quanto da exterior, eles são fundamentais para a contínua sobrevivência de nossa espécie”.

Eu acho que, nesta frase, o Dalai Lama fala tanto do meio ambiente, como fala dos nossos idosos, como no caso que citamos aqui.

Por isso, Sr. Presidente, estou muito esperançoso que, amanhã, finalmente, a gente vote o PL nº 58 de forma definitiva. Assim, a matéria poderá garantir ao aposentado e pensionista o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

Peço que V. Ex^a considere, como se tivesse lido, na íntegra, o meu pronunciamento.

Mais uma vez agradeço aos ambientalistas que me ajudaram a formular este pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar sobre o meio ambiente, tema que envolve toda humanidade e que, apesar de estar sendo debatido com mais frequência atualmente, requer mais engajamento e consciência por parte de cada um de nós para que possamos preservar aquilo que ainda é viável e urgente para nossa sobrevivência.

Eu me refiro à vida em condições saudáveis e respeitadas para com a natureza e para com os nossos semelhantes.

E não podemos deixar de admitir que as belezas da nossa terra são muitas, nós somos um país privilegiado!

Elas são fonte de inspiração e deleite para os quatro cantos do mundo. Nosso Rio Amazonas, por exemplo, inspirou Pablo Neruda em seu poema que diz:

Amazonas,
Capital das sílabas da água,
Pai patriarca, és
A eternidade secreta
Das fecundações,
Te caem os rios como aves, te cobrem
Os pistilos cor de incêndio,
Os grandes troncos mortos te povoam
de perfume,
A lua não pode vigiar-te ou medir-te.
És carregado de esperma verde
Como árvore nupcial, és prateado

Pela primavera selvagem,
És avermelhado de madeiras,
Azul entre a lua das pedras,
Vestido de vapor ferruginoso,
Lento como um caminho de planeta.

Mas, é lamentável constatar, Senhoras e Senhores Senadores, que a mãe natureza vem sendo atacada de várias formas. Algumas vezes com gestos grotescos e totalmente insanos e outras, com gestos pequenos, algumas vezes até inconscientes, mas que pouco a pouco a contaminam e destroem.

Primeiramente quero falar do aquecimento global, um fenômeno que já é uma realidade.

O aquecimento global é provocado pelo aumento da concentração dos chamados gases de efeito estufa, que impedem que o calor da terra volte para o espaço.

O efeito estufa é um fenômeno natural e benéfico, mas a concentração excessiva dos gases que o provocam, principalmente do gás carbônico (CO₂) causa um aquecimento na temperatura do planeta com consequências trágicas.

Cientistas prevêem um aumento de temperatura média no planeta entre 1.40° C (centígrados) e 5.8° C (centígrados) no final do século XXI. Tal aumento poderá causar secas em determinadas regiões e provocar inundações em outras, haverá um aumento no nível dos oceanos, derretendo geleiras, inundando regiões costeiras.

O aumento do calor e da umidade fará aumentar o número de insetos e as doenças causadas por eles. E os efeitos serão mais sentidos nos países mais pobres, é claro.

Entre as principais causas do aumento de concentração de CO₂ na atmosfera estão o uso de combustíveis fósseis: petróleo, carvão e gás natural e o desmatamento.

No Brasil, a emissão de dióxido de carbono é causada principalmente pelo desmatamento.

Em nosso país, o processo de desmatamento começa com o descobrimento e a chegada dos europeus. Primeiramente o impacto foi sentido na Mata Atlântica, que cobria praticamente todo o litoral brasileiro e mais recentemente, esse processo chega à Amazônia.

Em matéria publicada no Informativo da LBV o Eng. Dr. Marco Antonio Palermo, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, alerta:

“A Bacia Amazônica possui uma biodiversidade de grande magnitude, com suas matas de terra firme, matas de igapó e matas de várzea, com suas árvores de copas gigantescas e a distribuição de 3000 espécies de peixes.

A Amazônia possui uma forte relação com a água, que constitui a base de sua sobrevivência. A região apresenta uma produção hídrica da ordem de cerca de 64% da vazão média total da Bacia, e 10% da média mundial.

A riqueza da biodiversidade da Amazônia e o seu delicado equilíbrio ecológico, aliados ao grande valor econômico de seus recursos naturais, exigem da sociedade, tanto nacional como mundial, uma nova consciência em direção ao desenvolvimento sustentável. Este é o grande desafio da Amazônia.”

A Organização das Nações Unidas promoveu, de 5 a 7 de setembro do ano passado, a 60ª (sexagésima) Conferência Anual do Departamento de Informação Pública, sob o tema “Mudança Climática: como impacta a todos nós”.

O evento aconteceu em Nova York e havia mais de duas mil representações da sociedade civil. A ONU convidou a Legião Brasileira da Boa Vontade, que possui status consultivo geral no organismo, para contribuir na organização e mostrar como o Brasil tem enfrentado esse desafio.

A LBV tem sido incansável em seu engajamento em prol do meio ambiente e no evento ela expôs a linha educacional utilizada para a formação de indivíduos conscientes de seu papel, a fim de estabelecer uma Sociedade Solidária Altruística Ecumênica.

Exemplo disso é a realização, há décadas, da campanha “A destruição da Natureza é a extinção da Raça Humana”

E recentemente recebi convite para participar da 2ª Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária”, que ocorrerá em 19 de março, em Porto Alegre e que a LBV promove em conjunto com a ONU. O tema será o “Desenvolvimento Sustentável”.

A busca por soluções para um mundo sustentável é o objetivo também do programa Cidades e Soluções, exibido todas as semanas na Globo News e no Canal Futura.

Trata-se de um programa que destaca as iniciativas que já dão resultado e podem ser reproduzidas em outras cidades.

Em 2006 Cidades e Soluções recebeu o Selo Iniciativa Verde – Neutro em Carbono, tornando-se o primeiro programa da televisão brasileira a ter suas emissões de carbono totalmente neutralizadas.

Bem, Senhoras e Senhores Senadores, como podemos ver é urgente e vital para o Brasil e para todo o mundo deter o processo de devastação de nossas florestas.

Ações políticas e administrativas são essenciais para reverter este quadro de abandono em que se encontram nossas matas.

O Brasil é um país de dimensões continentais e a nossa capacidade de controle é bem menor.

Recentemente o Jornal Estado de São Paulo trouxe uma matéria que pode ilustrar bem a necessidade de uma mudança no modo de agir política e administrativamente.

A matéria fala do trabalho do Centro de Biotecnologia da Amazônia que, desde 2006, graças aos fundos setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia, possui cinco produtos prontos para serem patenteados. Entre eles estão: cosméticos, refrigerantes e reagentes químicos para tintas...

... Ocorre que tais produtos não podem ser patenteados pelo simples fato de que o CBA não existe juridicamente, isso por uma indecisão se o referido centro deve ser uma fundação, um departamento ministerial ou ainda uma autarquia.

Enquanto isso, o Brasil perde a oportunidade de lançar no mercado estes produtos criados a partir de nossa biodiversidade e com tecnologia brasileira.

Outro grave problema que precisamos enfrentar é a conservação das espécies animais, que muitas vezes por ganância, por falta de escrúpulos, vem sendo extintas sem dó nem piedade.

A lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção é um instrumento de conservação da biodiversidade do governo brasileiro, onde são apontadas as espécies que, de alguma forma, estão ameaçadas quanto à sua existência. A lista constitui-se em elemento de referência na aplicação da Lei de Crimes Ambientais.

Muitos são os problemas e precisamos encará-los de frente.

Estou preocupado, assim como os organismos nacionais, com a defesa da Amazônia, da Mata Atlântica, do bioma Pampa, do Aquífero Guarani e do Cerrado.

Bem, meus caros, mas não são apenas as florestas e os animais que compõem o meio ambiente. A nossa realidade urbana também está ligada a ele, de modo crucial.

Precisamos repensar nossa rotina para a melhoria da qualidade de vida em nosso planeta.

Falo do tratamento que dispensamos ao lixo que produzimos: líquido ou sólido, restos de comida, baterias de celular e jornais velhos. No final do dia, tudo o que é descartado, vai parar nos aterros sanitários.

Apresentei em um projeto que dispõe sobre a coleta, o tratamento e a destinação final do lixo tecnológico.

As características dos materiais que compõem esse tipo de resíduo tornam difícil sua absorção pelo ambiente e, o que é mais grave, potencialmente capaz

de contaminações irreparavelmente danosas à saúde da população e do meio ambiente.

Metais pesados, como os contidos em baterias de telefones celulares e em telas de televisores e computadores, por exemplo, se dispostos em aterros sanitários ou em lixões a céu aberto, nossa realidade mais comum, serão, em certo momento, absorvidos pelo solo, podendo contaminar o lençol freático que alimenta nossos cursos d'águas.

Essas substâncias, assim disponíveis na natureza, passarão a ser incontraivelmente ingeridas pela população, causando-lhe distúrbios no sistema nervoso central e câncer, pois suas propriedades cancerígenas são há muito conhecidas.

Sr. Presidente, o Brasil produz cerca de 100 mil toneladas de lixo por dia, mas recicla menos de 5% do lixo urbano – valor muito baixo se comparado à quantidade de material reciclado nos Estados Unidos e na Europa (40%).

De tudo que é jogado diariamente no lixo, pelo menos 35% poderia ser reciclado ou reutilizado, e outros 35%, serem transformados em adubo orgânico.

O lixo é um problema relativamente recente, já que, há algumas décadas, era constituído basicamente por materiais orgânicos – facilmente decompostos pela natureza...

...Mas com a mudança nos hábitos, o aumento de produtos industrializados e o advento das embalagens descartáveis, o lixo tomou outra dimensão e sua "composição" também mudou.

Hoje, em vez de restos de alimentos, as lixeiras transbordam de embalagens plásticas (mais de 100 anos para decompor), papéis (de 3 a 6 meses) e vidro (mais de 4.000 anos).

Mas o problema não é, propriamente, a característica do lixo produzido, hoje, nos grandes centros urbanos, mas o destino dado a ele. Muitos desses materiais podem ser reaproveitados ou reciclados, diminuindo, assim, as enormes montanhas formadas nos lixões da cidade e, conseqüentemente, a degradação do meio ambiente.

Outro aspecto importante da reciclagem, além da consciência ecológica, é o fator social. A coleta de material reciclável é, muitas vezes, a única fonte de renda dos catadores.

Muitas organizações não-governamentais, entidades sem fins lucrativos, empresas e a própria população têm se mobilizado para, na medida do possível, dar um tratamento adequado ao lixo produzido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero enfatizar a importância de as empresas investirem cada vez mais na utilização de material reciclável.

Acredito que a realização de uma grande campanha de conscientização junto aos Órgãos Públicos sobre a questão da reciclagem enfim, sobre atitudes ligadas diretamente à preservação da natureza, seria de ótima valia para todos.

Sei que muita gente está engajada em ações voltadas ao meio ambiente.

O Instituto Sadia por exemplo, é uma organização social de interesse público (OSCIP), fundada em dezembro de 2004 pela Sadia para contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade.

Sua responsabilidade inicial foi a estruturação do Programa 3S – Suinocultura Sustentável Sadia, um programa de tratamento de dejetos de suínos pioneiro no setor e o primeiro da indústria brasileira de alimentos a ser aprovado pela ONU...

... Graças ao Programa 3S, até junho de 2007, cerca de 980 suinocultores parceiros da Sadia já possuem em suas granjas biodigestores para tratar os dejetos de suínos...

...Com isso, o metano (gás que causa impacto 21 vezes maior que o gás carbônico em termos de aquecimento global) que seria lançado na atmosfera em decorrência da degradação anaeróbica dos dejetos em esterqueiras, pode tornar-se uma fonte de energia limpa para os produtores e convertido em CO₂ que é menos poluente.

Sr. Presidente, é muito comum que a responsabilidade sobre todos os danos causados à natureza seja cobrada do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e eu não quero aqui eximir ninguém de suas responsabilidades, no entanto, temos que reconhecer os esforços feitos para reverter a situação.

O Governo sabe que a situação é séria e está tentando achar meios de solucioná-la, mas como o próprio Presidente Lula lembrou, nós ainda não temos controle sobre todo o descaso que alguns praticam, mas os instrumentos estão sendo aperfeiçoados e ações emergenciais vem sendo adotadas.

A Ministra Marina Silva sempre se dedicou e continua se dedicando às questões ambientais e sei do zelo com que ela trata tudo que diz respeito ao meio ambiente.

Vale salientar que amanhã a Comissão de Meio Ambiente desta Casa irá realizar Audiência Pública com o objetivo de ampliar a discussão sobre a gestão de recursos hídricos e subsidiar a participação do Brasil no V Fórum Mundial da Água, no período de 16 a 22 de março de 2009, na Turquia.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, sabemos que cuidar do planeta cabe a todos nós mas é muito importante que a iniciativa privada seja conscientizada de sua

responsabilidade frente à poluição causada no meio ambiente.

Podemos citar com exemplo o caso do Rio dos Sinos, onde ocorreu o maior dano ambiental do estado do Rio Grande do Sul, a maior mortandade de peixes do rio dos Sinos. E certamente no nosso País existem outros rios enfrentando sérios problemas de poluição.

O nosso Brasil é rico em seu manancial de águas, rico na diversidade da sua flora e fauna, rico em suas florestas exuberantes. É o País que conta com a maior área úmida do planeta, a extensa região do Pantanal. E o que diz a nossa consciência sobre as nossas atitudes em relação a essas riquezas?

Será que nós cuidamos devidamente de não maltratar a natureza? Será que nós imprimimos no dia a dia, de forma consciente e responsável, cada gesto simples em relação à natureza?

Nossa Floresta Amazônica abriga 1/5 de toda água doce do planeta. E onde fica a responsabilidade de cada um de nós naquilo que se refere ao uso irracional da água?

Tudo ao nosso redor está ligado ao presente divino que é a vida. Água, ar, terra, alimento, animais e seres humanos estão conectados à conservação da vida. Tudo em equilíbrio e num equilíbrio frágil, o que torna nossa responsabilidade ainda maior!

Como diz o mestre Dalai Lama:

“Compaixão e amor não são meros luxos.

Como fonte tanto de paz interior quanto Da exterior, eles são fundamentais para a contínua sobrevivência de nossa espécie”

Sr^a e Srs. Senadores, eu posso escolher entre cuidar ou não de mim, cuidar ou não do outro, colaborar ou não com a conscientização do coletivo, a decisão é minha, mas certamente essa decisão não irá afetar somente a mim!

Creio sinceramente que no dia em que formos abundantes em amor e compaixão para com a infinidade de presentes que nos são confiados, seremos todos mais felizes e viveremos a plenitude para a qual fomos criados.

Eu não posso finalizar sem deixar de dizer que acredito na educação como fonte para todas as mudanças.

As escolas deveriam, desde os primeiros anos escolares, destacar o estudo do meio ambiente. Sei que o ensino de ciências nas escolas inclui o tema meio ambiente, mas talvez fosse o caso de termos uma disciplina específica sobre ele, desde o pré até a faculdade.

Já existem exemplos de crianças que chamam a atenção dos pais quanto a não jogar o lixo nas ruas e isso é um bom sinal...

Li, em uma revista, que “jogar o lixo na lixeira, um ato bastante simples, é na verdade uma semente de dignidade”. Eu concordo, todos nós deveríamos plantar mais sementes de dignidade a cada simples gesto do nosso dia a dia.

Escolas, pais, filhos, sociedade interagindo farão com que alcancemos o nosso objetivo de preservar o planeta.

O respeito à natureza, assim como o respeito às diferenças, é uma questão cultural. Nós precisamos investir na educação, na transformação de conceitos e de atitudes pois se não fizermos isto, estaremos nos negando a fazer a parte que nos cabe para melhorar a nossa vida e a do coletivo.

Vou repetir uma frase que sempre digo e que resume tudo: “a educação é como a democracia, uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se”.

Em homenagem à natureza, que por si só já é uma poesia, leio ao final, para nosso deleite, a música “Luz do Sol” de Caetano Veloso:

Luz do sol
Que a folha traga e traduz
Em ver de novo
Em folha, em graça
Em vida, em força, em luz...
Céu azul
Que venha até
Onde os pés
Tocam a terra
E a terra inspira
E exala seus azuis...
Reza, reza o rio
Córrego pro rio
Rio pro mar
Reza correnteza
Roça a beira
A doura areia...
Marcha um homem
Sobre o chão
Leva no coração
Uma ferida acesa
Dono do sim e do não
Diante da visão
Da infinita beleza...
Finda por ferir com a mão
Essa delicadeza
A coisa mais querida
A glória, da vida...

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A solicitação de V. Ex^a será atendida, na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 228, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último domingo, dia 9, do ex-Senador e ex-Governador do Paraná Adolpho de Oliveira Franco.

Justificação

Adolpho de Oliveira Franco, paranaense de Ponta Grossa, onde veio ao mundo em 1915, filho de João de Oliveira Franco e Hilda Faro de Oliveira Franco, deixou a cidade onde nasceu para ir fazer seus estudos superiores na Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Alcançado aquele objetivo, o jovem advogado, graças à sua inteligência, competência, integridade e dedicação ao trabalho, veio a conquistar um lugar de destaque entre as figuras que se notabilizaram na vida pública paranaense e nacional.

Adolpho de Oliveira Franco ingressou na Caixa Econômica do Paraná como Consultor Jurídico e chegou a Procurador Geral. Agropecuarista, representou o Paraná no antigo Instituto Brasileiro do Café, foi diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e membro do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Por sua atuação como advogado, foi por duas vezes eleito presidente da OAB do Paraná. Seu notório domínio das atividades financeiras levou-o também, na iniciativa privada, à presidência do antigo Banco Comercial do Paraná e a ser convocado, posteriormente, para presidir o hoje extinto Banco do Estado do Paraná.

Em 1955, Bento Munhoz da Rocha Neto decidiu abrir mão do final de seu mandato, como governador do estado, atendendo convocação do então presidente Café Filho para assumir o Ministério da Agricultura. Coube então a Oliveira Franco, eleito pela Assembléia Legislativa, a missão de completar, até o ano seguinte, o mandato do notável estadista paranaense. E o fez com tal desenvoltura e competência que alguns anos mais tarde, em 1962, os paranaenses o elegeram para o Senado da República. Aqui nesta Casa, de 1963 a

1970, representou honrosamente nosso estado como um firme e ativo defensor dos interesses da agricultura paranaense e principalmente dos seus pequenos cafeicultores.

Não se pode falar nas contribuições que Adolpho de Oliveira Franco deixou, em sua profícua vida pública, para o progresso do Paraná, sem se lembrar também de que ele foi o autor de um Plano de Desenvolvimento Econômico para o nosso estado.

Por tudo isso, Adolpho de Oliveira Franco se faz merecedor dessa homenagem por parte de nós que o sucedemos nessa Casa onde atuou de maneira tão correta e honrosa.

Sala das sessões, 10 de março de 2008. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Adolpho de Oliveira Franco foi funcionário da Caixa Econômica Federal, Consultor Jurídico, e chegou a Procurador-Geral. Foi Presidente da OAB do Paraná por duas vezes. Em 1955, substituiu Bento Munhoz da Rocha Neto no Governo do Estado. Quando o Governador Munhoz da Rocha assumiu o Ministério da Agricultura, Oliveira Franco foi eleito pela Assembleia Legislativa e completou o mandato de Bento Munhoz da Rocha. Em seguida, depois de ter uma atuação importante no Governo do Paraná, elegeu-se Senador da República, em 1962. E, nesta Casa, de 1963 a 1970, representou honrosamente o Paraná como um firme e ativo defensor dos interesses da agricultura paranaense e, principalmente, dos seus pequenos cafeicultores.

Não se pode falar nas contribuições que Adolpho de Oliveira Franco deixou, em sua profícua vida pública, para o progresso do Paraná, sem se lembrar também de que ele foi o autor de um Plano de Desenvolvimento Econômico para o nosso Estado.

Por tudo isso, Adolpho de Oliveira Franco se faz merecedor dessa homenagem por parte de todos nós que o sucedemos nesta Casa, onde atuou de maneira tão correta e honrosa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado regimentalmente.

O requerimento lido, vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 229, DE 2008

Requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006.

Nos termos regimentais, requiro a Vossa Excelência a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que aprova o Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF, de minha autoria, que hoje tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 44 e 110, ambos de 2006.

Justificação

O PLS nº 254/2006 visa restituir à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que versa sobre gestão de florestas públicas, que na ocasião da sanção da referida Lei, teve os seguintes dispositivos que foram parcialmente vetados:

Art 1º. O art. 10 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 10.
.....

§ 4º O PAOF deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), nos termos do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º O art 58 da Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 58.

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro – SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal”

Na justificativa da proposição assim argumentei:

“Cumpre ressaltar que a matéria, quando tramitou no Congresso Nacional, em Sessão Legislativa Extraordinária, foi submetida a uma discussão bem limitada, dada a abrangência e o impacto da norma a ser criada. Num debate açodado, mas que a base governista fez por acelerar sua apreciação com os argumentos de imprescindibilidade, necessidade, urgência e modernidade no que estava proposto.

Além disso, afiançou à sociedade a garantia de ampla e coordenada execução deste novo paradigma de gestão de florestas. que, diga-se de passagem, está longe de ser con-

sensual no mundo inteiro, tanto como norma, quanto como modelo de gerenciamento.

E, ainda assim, na sanção da Lei houve o governo por bem entender da dispensa de mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional. Os dispositivos que pretendemos retomar do texto original não são um luxo ou um abuso de prerrogativas e de poder. Suas recolocações são o restabelecimento de um dever, de uma obrigação, para o Poder Legislativo.

O art. 1º deste instrumento visa a re-inserir o § 4º ao art. 10 da referida lei determinando que a concessão de florestas públicas que tenham área superior a 2,5 mil hectares seja, obrigatoriamente, submetida ao Congresso Nacional. Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão destas áreas, afim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões.

Já o art. 2º, aqui proposto, restabelece que cabe ao Senado Federal aprovar a nomeação dos membros e do Diretor-Geral do Conselho Diretor do SFB – Serviço Florestal Brasileiro, como era no texto original na referida lei.

E muito importante e imprescindível que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão das florestas públicas, pois trata-se de relevante interesse de toda a humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no país e a nós cabe o dever de preservá-las.”

Pois bem, passados quase 1 ano e 6 meses de sua apresentação, o que temos observado são os remanejamentos e outras mudanças no rito ordinário de tramitação desta proposição. Ela foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente, no entanto, pouco após, retomou ao Plenário para ser apensada a outros projetos. Daí nova distribuição, nova espera de escolha de relator. Enfim, o projeto não avança.

Nesse ínterim, as ações em relação ao mérito do projeto, qual sejam, os processos de outorga de concessões seguem seu ritmo. São constantes e cada vez mais graves as questões e os conflitos relacionados ao desmatamento, ao desrespeito ao ambiente, à vida. As florestas estão acabando, seja pela lei ou seja principalmente por sua ausência. É necessário que o Congresso Nacional se manifeste e assuma suas responsabilidades enquanto ainda há tempo.

Sala das Sessões, 10 de março de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 230, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 10, em Maringá, Paraná, do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual Antonio Facci.

Justificação

Antonio Facci, natural de Cedral, interior de São Paulo, onde nasceu em 1941, mas que adotou Maringá como sua terra, fez por merecer o luto oficial de três dias que o município decretou hoje, pela sua morte prematura, ocorrida nesta manhã, poucos dias depois de completar 67 anos de idade.

Serventuário da Justiça, Facci, ao longo de sua vida, construiu em Maringá um grande círculo de amigos, do qual me orgulho de fazer parte. Integrou-se de tal forma à vida da cidade que os maringaenses o elegeram vereador e, posteriormente, junto com os cidadãos de outros municípios da região, o conduziram à Assembléia Legislativa.

Sua atuação no Legislativo obteve o reconhecimento daqueles que o elegeram, tanto que foi agraciado com os títulos de Cidadão Honorário de Maringá, Floresta e Sarandi.

Cumprida a missão que os norte-paranaenses lhe haviam delegado, Facci passou a dedicar-se integralmente à sua grande paixão, a poesia, que descobriu ainda na adolescência e à qual permaneceu fiel até a morte. Por conta dessa paixão, veio a se tornar membro fundador da Academia de Letras de Maringá, na qual era titular da cadeira nº 20, que tem por patrono o escritor Humberto de Campos; titular de cadeira também na Academia Brasileira de Estudos e Pesquisas Literárias; colaborou de tal forma na criação da Academia Umuaramense de Letras e Artes que seus fundadores o homenagearam tornando-o patrono de uma de suas cadeiras; foi, também, integrante da União Brasileira de Trovadores.

A par de sua atuação literária, ao longo da qual publicou 14 obras, Antonio Facci também nunca deixou de estar ligado à vida da comunidade, principalmente

atuando como integrante do Lions Internacional, que reconheceu seu valor, sua dedicação e capacidade de trabalho guindando-o à destacada posição de Secretário do Distrito LD-6 da instituição.

Por todas estas razões é que, consternado com a inesperada morte do amigo, entendo que o Senado Federal deve aliar-se aos maringauenses prestando essa merecida homenagem ao seu exemplar cidadão que hoje se foi, deixando dor e saudade entre todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver.

Sala das sessões, 10 de março de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, só queria fazer uma correção. Ao interceptar o nobre Senador Paim, eu citei Rui Barbosa. E quero citá-lo agora, com as palavras exatas dele. Ô Senador Jarbas, é em referência aos aposentados, aos velhos... Já está demorado demais. Eles já estão sofridos demais. Eles já estão é morrendo sem receber. Isso é que é injusto.

Então, Rui Barbosa disse o seguinte: “Justiça tardia é injustiça manifesta”. Viu, Paim? “Justiça tardia é injustiça manifesta.” É isto que quero: que se acelere esse julgamento do justo salário dos aposentados e idosos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador João Ribeiro, pela Liderança do PR. Em seguida, o Senador Jarbas Vasconcelos, como orador inscrito.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, meu querido Estado do Tocantins vai estar em festa, porque receberá o nosso Presidente, o Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que vai a duas localidades no Estado.

Na parte da manhã, o Presidente e sua comitiva, com Ministros, estarão na cidade de Dianópolis. Eles vão descer no aeroporto daquela cidade para depois se dirigirem ao projeto de irrigação chamado Propertins, no rio Manuel Alves. Lá, o Presidente visitará a barragem e entregará à população a obra, quase toda concluída, já na sua fase final. Trata-se de uma obra, Sr. Presidente, que custou ao País, aos cofres da União, nada menos que R\$235 milhões. Portanto, é um projeto de irrigação extremamente importante. Desse total

de R\$235 milhões, já foram liberados R\$215 milhões. E aqui cumprimento a bancada tocantinense, da qual faço parte – sou um de seus membros, um dos três Senadores desta Casa que representam o Tocantins –, porque essa obra quase toda foi feita com emenda da nossa bancada.

Sr. Presidente, desses R\$235 milhões de recursos, R\$21 milhões são de contrapartida do Governo do Estado e R\$214 milhões são de repasse do Governo Federal, por meio de medida provisória, de repasse do Ministério e de emendas parlamentares, emendas da nossa bancada. Essa obra representa uma vitória muito grande da bancada tocantinense, do povo, mas ela se deve, sobretudo, ao apoio extremamente forte que recebeu do Presidente Lula, já que para ela não faltou apoio nem faltaram recursos, em momento algum. A obra, importantíssima, já estava no PPI, e está no PAC.

Meus cumprimentos, portanto, à população de Dianópolis, de Porto Alegre, a todos os moradores da região sudeste do Estado, que sofrem muito com o problema de escassez de água e de chuva.

De lá, o Presidente Lula se dirigirá à capital do Estado do Tocantins, Palmas, onde vai anunciar e assinar convênios de obras de infra-estrutura – pavimentação de ruas – e de moradias para vários Municípios tocantinenses, em parceria com o Estado. Será anunciada a construção de mais de cinco mil moradias. Para ser mais exato, 5.373 casas populares serão construídas, com repasse do Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, em parceria com o Governo do Estado e com os Municípios, a fim de melhorar a vida da população.

Cumprimento, portanto, o Governo do Presidente Lula, sobretudo seus Ministros, por este momento tão importante que o Tocantins vive e viverá no dia de amanhã, com a presença de Sua Excelência inaugurando essa obra tão importante para o Município de Dianópolis. Não apenas para o Município de Dianópolis, mas para toda a região, pois é um projeto de irrigação muito importante, além de outros que já existem e estão em andamento no Tocantins.

Sr. Presidente, para encerrar, o Presidente Lula tem sido realmente um grande Presidente para o Estado. Para nós, até hoje, é o melhor Presidente que já tivemos. O Tocantins é um Estado novo, mas tem recebido muito apoio por parte do Governo do Presidente Lula. O que seria de nós, no Tocantins, se não fosse o dinheiro do Governo Federal, os recursos do Governo Federal que têm ido para o nosso Estado, através da nossa bancada, através de convênios ou de financiamentos, ou diretamente dos Ministérios?

Mas a grande verdade, Sr. Presidente, é que temos que ser muito gratos ao Presidente Lula por tudo que tem feito para a população tocantinense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

Agradecemos a presença dos alunos do Colégio Maria Imaculada, de São Paulo. A presença dos estudantes honra o Senado Federal, em que pese, na segunda-feira, o plenário estar um tanto quanto vazio.

Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, muita gente afirma que o pernambucano tem mania de grandeza. Gostamos de dizer, entre outras coisas, que temos a maior avenida em linha reta da América Latina: a Avenida Caxangá, no Recife, para quem não sabe. Dizemos também que temos o maior bloco carnavalesco do planeta, o mundialmente conhecido Galo da Madrugada.

São muitos os exemplos dessa fixação pela grandiosidade, pelo maior, pelo mais expressivo, pelo superlativo. Trata-se de uma característica do imaginário popular do meu Estado natal, que se estende a todas as áreas da produção humana, da política, da cultura, da economia.

Mas discordo dos que dizem que Pernambuco tem mania de grandeza. A verdade é uma só: Pernambuco é grande. Grande na sua história; grande na sua cultura; grande nos seus sonhos; grande no seu povo; grande na sua criatividade e diversidade.

É para ter orgulho possuir uma história repleta de personagens como Frei Caneca, General Abreu e Lima, Joaquim Nabuco, Manuel Bandeira, Gilberto Freire, João Cabral de Melo Neto, Josué de Castro, Paulo Freyre, Joaquim Cardozo, Luiz Gonzaga, Mestre Vitalino, Cícero Dias, Vicente do Rego Monteiro, entre tantas outras referências de dimensão universal. É isso que leva os pernambucanos a buscarem sempre a vantagem em todas as áreas do conhecimento humano.

Feitas essas observações, V. Ex^{as} talvez tenham condições de dimensionar a situação na qual se encontrava a auto-estima dos pernambucanos em janeiro de 1999, quando assumimos o Governo do Estado pela primeira vez. Esse amor-próprio estava no fundo do poço. Não sou eu quem digo, basta recorrer aos jornais da época, que estamparam essa situação em manchetes da primeira página.

V. Ex^{as} talvez tenham tomado conhecimento pela imprensa nacional, mas não custa lembrar que tivemos de levar água potável por meio de navios, para abastecer o Recife, que estava às portas de um colapso no seu sistema de abastecimento.

Espremido pela dinâmica dos vizinhos Estados da Bahia e do Ceará, que cresciam e se modernizavam em ritmo bem superior, Pernambuco amargava indicadores negativos, que dificultavam ainda mais a situação de pobreza de um Estado do Nordeste brasileiro – Região que padece de imensa desigualdade econômica e social em comparação com as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Perdíamos, Sr. Presidente, investimentos públicos e privados, o que se refletia em baixo crescimento do Produto Interno Bruto do Estado, piorando progressivamente os nossos indicadores na áreas de saúde, educação e segurança pública.

Pois bem, Sr^{as} e Srs Senadores, foi assim que encontramos o Estado de Pernambuco. Diante desse cenário, o nosso trabalho se desenvolveu a partir de oito linhas: equilíbrio das finanças públicas, modernização da gestão estatal, planejamento descentralizado, requalificação da infra-estrutura, qualificação profissional, combate à pobreza rural, atração de investimentos e apoio à base produtiva já existente no meu Estado.

O desafio da nossa equipe era imenso, mas víhamos de uma experiência vitoriosa na Prefeitura da cidade do Recife, que abria a perspectiva de mudar para melhor o astral dos pernambucanos.

O bom gestor, seja ele público ou privado, começa pela escolha eficiente da sua equipe. Tive o privilégio de contar com o apoio e a colaboração de ampla aliança política, integrada pelo PMDB, pelo PFL (hoje DEM), pelo PSDB, pelo PPS e por outras legendas, porque tinha a convicção de que vencer uma eleição poderia até ser viável: mais complicado seria governar, administrar um Estado tão complexo e com necessidades tão prementes, como era Pernambuco de dez anos atrás.

Mas não ficamos pelos cantos do Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo de Pernambuco, queixando-nos das dificuldades, apontando culpados, reclamando de uma “herança maldita”. Não. Nossa equipe optou pelo trabalho, com muita determinação.

Acertamos sempre? Com certeza, não. Mas nunca baixamos a cabeça diante dos problemas, alguns de dimensão nacional, que exigem uma ampla articulação entre União, Estados e Municípios.

Sr. Presidente, uma consistente aliança política e uma eficiente equipe de técnicos comprometidos, sem ceder ao fisiologismo e às promessas fáceis, esses foram os pilares da nossa administração à frente

dos destinos de Pernambuco, entre janeiro de 1999 e março de 2006, quando, obrigado pela legislação eleitoral, tive que renunciar ao mandato de Governador, para disputar uma cadeira nesta Casa. E aqui estou com o voto majoritário dos pernambucanos, que nunca me faltaram.

Nosso Estado tem diferenciais muito particulares, tanto do ponto de vista da posição geográfica quanto da sua formação histórica. Situado na região onde se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar, Pernambuco assumiu, desde cedo, um papel privilegiado na geografia econômica nordestina, tendo importância fundamental o posicionamento logístico do Porto de Recife.

Com um processo de industrialização baseado nos incentivos fiscais da Sudene, coube a Pernambuco sediar um conjunto diversificado de empresas que se aproveitaram da nossa tradição industrial, ganhando importância os setores químico, metal-mecânico e eletroeletrônico.

De forma paralela, os Governos Federal e Estadual investiram na criação de uma infra-estrutura econômica em que se destaca a construção do novo Complexo Industrial e Portuário de Suape.

A posição geográfica, a história econômica e os investimentos em infra-estrutura portuária explicam por que o mercado identificou Pernambuco, e em especial Suape, como o centro concentrador e distribuidor de cargas para toda a Região Nordeste. Afinal, partindo da região metropolitana do Recife, por rodovia, qualquer carga pode atingir um mercado correspondente a 90% do PIB do Nordeste em um dia de viagem no máximo.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a me permite um breve aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Permito, Senador Marco Maciel, com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, serei breve, mesmo porque V. Ex^a está fazendo uma exposição extremamente oportuna, mostrando ao Senado e ao País o que nós, pernambucanos, sabemos, que foi o êxito da sua administração. V. Ex^a governou Pernambuco, praticamente, durante oito anos e só interrompeu sua presença à frente do Governo em função do afastamento para concorrer ao Senado Federal. Logo no início, V. Ex^a citou uma questão fundamental, quando disse que compôs uma boa equipe. Isso me faz lembrar frase de um primeiro-ministro francês, Mendès-France, que afirmou certa feita: “governar é escolher”. É verdade que V. Ex^a escolheu uma boa equipe e um bom programa de governo. Graças a esse trabalho, Pernambuco reconhece sua obra e se manifestou de maneira

consagradora, ao fazê-lo Senador da República. Não deixaria de mencionar o cuidado de V. Ex^a de manter Pernambuco atento às grandes questões, sobretudo àquelas voltadas à consolidação democrática. V. Ex^a, desde a primeira hora, apoiou a candidatura Fernando Henrique Cardoso, havendo contribuído com experiência e espírito público, para que o País alcançasse, em rápidos passos, uma democrática plena. Portanto, meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agradeço e incorporo, com muita honra e com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, Senador Marco Maciel. V. Ex^a, como Deputado estadual, Deputado federal, Senador da República, Governador do Estado, Ministro, Vice-Presidente da República, tem honrado as melhores tradições de Pernambuco pela sua desenvoltura, pelo seu conhecimento e, sobretudo, pela sua ética, num país tão carente, tão necessitado de exemplos, que V. Ex^a tem dado não só a Pernambuco mas também ao Brasil inteiro. Muito me engrandece o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, nas centenas de viagens que fiz por Pernambuco sempre afirmei que o nosso Governo não tinha criado a infra-estrutura do Estado. Ela era razoável e foi fruto do trabalho dos governantes que me antecederam, uns mais outros menos, mas todos colaboraram para dotar nossa economia de uma base, de pilares sobre os quais o nosso Estado, Pernambuco, foi recolocado no caminho do desenvolvimento econômico e social.

O que procuramos fazer foi um *up grade*, uma atualização, da nossa infra-estrutura para o século XXI, tudo feito a partir de um planejamento governamental descentralizado no programa Governo nos Municípios. Por meio desse programa as lideranças da sociedade civil de cada microrregião definiam as ações e as obras que consideravam estratégicas para o desenvolvimento local.

Há ainda uma visão distorcida e antiga de alguns de que investir em infra-estrutura é esquecer o social. Digo, Sr^s e Srs. Senadores, que não há equívoco maior. Certos de que só a infra-estrutura econômica leva ao desenvolvimento social, em Pernambuco tivemos a coragem de investir recursos próprios, o chamado “dinheiro azul e branco”, na malha rodoviária do Estado. Foram mais de R\$1,3 bilhão. Essa estratégia possibilitou recuperar cerca de mil quilômetros e construir 600 quilômetros de pavimentos novos de rodovias, sobre uma malha que somava à época cerca de 2.500 quilômetros.

Todas as regiões do Estado foram contempladas com mais de quarenta obras rodoviárias importantes, do Recife até os sertões do Araripe e do São Francisco.

Ninguém passa hoje no Estado sem divisar a BR-232, o nosso mais importante eixo de interiorização, duplicado durante o nosso Governo, entre a Capital e o Município de São Caetano, no Agreste.

O compromisso do Governo Federal foi o de bancar apenas 40% do custo total da obra, quando ela deveria ser integralmente bancada pela União por ser uma BR, mas não dava para esperar mais, a rodovia tinha que ser duplicada sob pena de estrangular o desenvolvimento do interior pernambucano.

Pasmem os senhores, depois de concluídos os serviços, parte dos 40% ainda não havia sido repassada ao Governo estadual. Aqui, neste plenário, existem muitos Senadores que já tiveram a honra de governar seus Estados. Os senhores sabem o quanto o ritmo de Brasília pode ser insuportável.

No setor hídrico, Sr. Presidente, que é um ponto crítico na maior parte do Nordeste, aplicamos cerca de R\$600 milhões em obras já concluídas e outros R\$200 milhões foram financiados com obra já em andamento ou a iniciar.

Como exemplo desses empreendimentos, refiro-me à Adutora do Oeste, obra federal, com grande intermitência na sua execução e que o Estado tomou para si, com o propósito de concluí-la, pois o povo do sertão de Araripe não suportava mais.

Várias cidades sertanejas que se abasteciam de pequenos “barreiros”, como lá se chamam os açudes, passaram a ter a água boa do Velho Chico, devidamente tratada, por meio da Adutora do Oeste.

Tivemos que colocar recursos do Estado para viabilizar esse benefício. Também deixamos ao término da nossa gestão, praticamente concluído, o seu principal ramal, denominada Adutora Luiz Gonzaga, com 85% das suas obras, um projeto viabilizado junto com o Banco Mundial.

Outra obra da mesma natureza e com problemas semelhantes – o Senador Marco Maciel acompanhou-a atentamente – foi a Adutora de Jucazinho, do Dnocs, fundamental para a cidade de Caruaru, conhecida como a “Capital do Agreste”. O Estado teve de entrar com recursos para completá-la. Aplicou o valor superior a R\$25 milhões em 2002. Recebemos a mais importante cidade do agreste, Caruaru, com um racionamento brutal, 30 dias sem água, para apenas um dia com água. O mesmo sistema Jucazinho que tirou Caruaru do pré-colapso beneficiou ainda outras 10 cidades agrestinas, promovendo o abastecimento regular de água.

Cito também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Barragem de Pirapama, localizada na região metropolitana do Recife, paralisada desde 1992, com sérios problemas no Tribunal de Contas da União. A

obra nos foi entregue no mesmo estágio, em 1999. Resolvemos todas as pendências legais e concluímos a barragem, que está cheia, permitindo que o atual Governo complete o sistema com a construção da rede de distribuição.

Sr. Presidente, o novo Aeroporto dos Guararapes foi outra grande conquista, como importante equipamento de infra-estrutura. O anterior era acaanhado, muito aquém das necessidades de economia de Pernambuco.

Desde o início da nossa gestão, concentramos esforços nas desapropriações para possibilitar a ampliação da pista de pouso – muitas estavam paralisadas –, hoje a maior do Nordeste, e a ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves. Reconheça-se que no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a forte atuação do então Vice-Presidente Marco Maciel, a obra teve um desenvolvimento eficaz. Devo registrar, por dever de justiça, que no Governo Lula a modernização do Aeroporto continuou como prioridade, o que permitiu a conclusão das obras.

Novamente o Estado se fez presente numa importante parceria, inclusive com recursos financeiros: cerca de 20%, na parte referente às edificações do prédio garagem e do terminal de passageiros, e de 100% do complexo viário, imprescindível ao pleno funcionamento do aeroporto. Esse último custou aos cofres estaduais R\$30 milhões em valores da época.

Os serviços de infra-estrutura não se restringiram aos projetos de grande porte. Grandes somas foram aplicadas em milhares de pequenas obras de relevo social para o homem do campo. A eletrificação rural é um exemplo, com quase 100% das propriedades atendidas no fim do nosso Governo. Houve, para essa conquista de profundo impacto social, uma providência da maior valia no ato da privatização da Companhia Energética de Pernambuco: o Estado obrigou a empresa a aplicar 2% da receita anual líquida em obras rurais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Porto de Suape foi e continua sendo o grande diferencial para Pernambuco dar o salto atual. Fruto inicialmente de investimentos do Governo de Pernambuco e, depois, com o apoio do Governo Federal, Suape começou a sair das pranchetas na década de 70.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Jarbas, não se preocupe. V. Ex^a usará o tempo que achar conveniente. Sua obra é muito maior. “O essencial é invisível aos olhos.” Padre Antônio Viera disse que um bem arrasta outro bem. Aprendi a ser prefeito vendo a administração de V. Ex^a. Acho que

Cícero Lucena já está ali pedindo um aparte. Fique à vontade.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Três décadas foram necessárias para que o porto fosse “tirado de dentro d’água”, como gosto de lembrar, em nosso Governo. Tanto que 70% de todos os investimentos privados feitos em Suape, desde seu início, ocorreram durante nossa gestão.

Ouçó V. Ex^a, nobre Senador Cícero Lucena, nosso vizinho.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos, quero apenas somar-me ao reconhecimento não só do Brasil, mas também do Estado vizinho, o Estado da Paraíba, às ações, ao trabalho e à forma de fazer política de V. Ex^a, ao longo desses anos em Pernambuco, mas com reflexos nos Estados vizinhos e – por que não dizer? – no Brasil como um todo. Antecedeu-me no aparte o Senador Marco Maciel, que também deu sua colaboração ao Estado de Pernambuco. Sem dúvida, eu o acompanho nas suas lutas democráticas e também como administrador público, desde a época que teve o prazer de administrar a cidade de Recife, o que fez com muita dedicação, com muita competência. Essas ações que V. Ex^a está relatando em seu pronunciamento são também vividas e sentidas pela Paraíba, ao acompanhar o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, principalmente pela visão de planejamento e de ações que podem projetar um futuro melhor na busca do desenvolvimento e de mais justiça social para o povo daquele Estado e, por que não dizer, de todo o Nordeste. Quero, então, em nome da Paraíba, somar-me ao seu pronunciamento, prestando reconhecimento e dando testemunho do maravilhoso trabalho que V. Ex^a fez como administrador e como homem público que é.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito agradeço o seu aparte, Senador Cícero Lucena, que, além de vizinho, é nosso amigo. Chegamos juntos aqui no Senado. V. Ex^a também tem marcado a sua atuação não somente com brilho, mas com grande desembaraço e com grande atuação em plenário e nas comissões. Para mim, é uma honra e uma satisfação ter a sua participação neste relato que faço sobre o meu Estado.

A partir de Suape e do seu entorno, conseguimos criar um pólo de logística e de distribuição de mercadorias, com a instalação de mais de 100 centrais de distribuição.

Nosso Governo conseguiu atrair para Suape três dos maiores empreendimentos do Brasil nos últimos 20 anos, Senador Marco Maciel: a Refinaria General Abreu e Lima, que está sendo construída numa sociedade da

Petrobras com a estatal venezuelana PDVSA; o Estaleiro Hemisfério Sul, da Camargo Corrêa e da Andrade Gutierrez, um dos maiores e mais modernos do mundo – e quem diz isso não são os pernambucanos apenas, mas os técnicos do setor –; e o Pólo de Poliéster, iniciado com a unidade do grupo italiano M&G.

Projetos como esses levaram o Estado de Pernambuco a ser, a partir do ano de 2004, um dos três maiores canteiros de obras do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, a nossa ousadia não se restringiu apenas em procurar parceiros externos. O nosso Governo também identificou setores com imenso potencial no próprio Estado de Pernambuco, na nossa própria base produtiva.

Foi o caso, por exemplo, do segmento da tecnologia da informação e comunicação.

Ouçó V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, fiz questão de descer da Presidência para apartear-lo. Considero importante destacar as obras administrativas que significam um grande exemplo, já que sabemos que a população do País se sente desesperançada em relação às instituições públicas brasileiras e um bom exemplo deve ser proclamado e conhecido por todos. Não há necessidade de Senador algum falar sobre a eficiência da gestão que empreendeu no Governo de Pernambuco. As pesquisas de opinião pública revelaram isso. E nós, que acompanhamos o noticiário nacional, sabemos que V. Ex^a sempre foi, nas pesquisas de opinião pública divulgadas pela imprensa nacional, um dos Governadores mais competentes do País, a gestão mais eficiente entre todos os governos estaduais no seu período. É por essa razão que queremos cumprimentá-lo e dizer que são princípios elementares que fazem uma administração bem-sucedida. O Senador Marco Maciel, com muita inteligência, já citou um deles: a capacidade de escolher equipe. Quem escolhe bem tem possibilidades de sucesso. Quem escolhe mal não pode esperar sucesso. A má escolha é o desastre da gestão. Não há como um Governador, por mais brilhante que seja, desincumbir-se com êxito da sua missão se não foi feliz no momento de escolher. Certamente, V. Ex^a tem a capacidade de aglutinar, de liderar, de escolher e de organizar equipes. E, evidentemente, com essa postura de austeridade e de honestidade, a conjugação de austeridade com honestidade é que possibilita ao Estado investir, já que a capacidade de investimento do Estado brasileiro está extremamente limitada. Por todas essas razões, V. Ex^a é um exemplo e o seu Governo tem de ser consagrado como um governo de eficiência. Nós só podemos parabenizá-lo nesta hora e dizer da oportunidade do registro que faz nos Anais do

Senado Federal, para que a História não se esqueça desses feitos administrativos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Eu o conheci na Câmara dos Deputados, num mandato muito profícuo e muito corajoso de V. Ex^a, naquela época, que não só cuidava das questões – desde saúde a educação – do Estado, mas, sobretudo, estava no combate ao regime de exceção. Depois, V. Ex^a também teve passagem no Executivo do Estado do Paraná, com a mesma vontade e a mesma determinação, com fatos que marcaram a sua administração. Hoje, sem dúvida nenhuma, se forem escolher os melhores Senadores da República, V. Ex^a constará de quaisquer listas feitas aqui ou fora do Senado. De forma que seu aparte só faz engrandecer o meu modesto pronunciamento.

Numa parceria com os setores privados e acadêmicos, nosso Governo criou o Porto Digital, destinando, em valores históricos, R\$33 milhões para criar a infra-estrutura e as condições necessárias para a implantação do empreendimento, que tinha como missão inserir Pernambuco no cenário tecnológico mundial. E assim foi.

Localizado no Bairro do Recife, o Porto Digital é o maior e o melhor parque de tecnologia de informação do País e uma referência internacional na área da tecnologia.

Na área social, empreendemos uma ousada política de combate à pobreza rural por meio do Projeto Renascer, tendo como estratégia incentivar e empreender a concepção do desenvolvimento local. O Renascer priorizou obras de infra-estrutura local, com o objetivo de superar a vulnerabilidade dos segmentos sociais mais pobres.

Outro programa de grande impacto social, Sr. Presidente, com preocupação de formar a infra-estrutura local, foi o Promata, criado com o objetivo de desenvolver, de maneira sustentável, a mesorregião da Mata de Pernambuco, composta por 43 Municípios. O Promata é financiado parcialmente com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, com um investimento de US\$150 milhões.

Com o Projeto Renascer e o Promata, o nosso Governo decidiu combater a pobreza endêmica de Pernambuco não com esmolas, não com assistencialismo, não com o paternalismo. Optamos pelo ensinar a pescar em vez de simplesmente dar o peixe.

Sr. Presidente, como desdobramento do Programa Governo nos Municípios criamos o Plano Integrado de Desenvolvimento Local, com o objetivo de reverter em médio prazo a situação de pobreza dos 11 Municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, em Pernambuco.

Esse plano tem como alvo as mesorregiões do Agreste Meridional e do Sertão do Moxotó com a formação de uma rede de proteção social às famílias carentes, possibilitando a que tenham os meios para uma vida digna. O nosso plano visa à dinamização e à diversificação da economia, com intervenções destinadas a incrementar e a desenvolver ações de capacitação e de apoio às atividades produtivas.

Seguramente, as mudanças nos indicadores sociais já se farão sentir na próxima avaliação.

A descentralização das ações do governo e das parcerias já começaram a reverter o perfil da economia do Estado, com as regiões do interior pernambucano crescendo mais do que a média do Estado e da região metropolitana do Recife.

As regiões do Pajeú e a do São Francisco, por exemplo, no nosso governo, cresceram mais do que o dobro da média da região metropolitana. Temos a convicção de que os Municípios beneficiados pelo PIDL vão alcançar uma reversão nos seus assustadores indicadores sociais.

Nesse sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos registrar que o modelo do Programa Territórios da Cidadania – recentemente lançado pelo Governo Federal – já havia sido implantado em Pernambuco com o PIDL e com os territórios de desenvolvimento do Promata. Inclusive, nossa equipe entregou ao Governo Lula, há quatro anos, detalhes do programa da nossa gestão. A iniciativa federal é conceitualmente correta. Não entendemos por que demorou tanto a ser lançado. Esperamos que esse modelo do Governo Federal não venha servir a interesses subalternos de cunho apenas eleitoral.

Sempre pensando de maneira integrada, criamos, de forma pioneira, o Programa do Leite, que beneficia até hoje as famílias de baixa renda de todo o Estado e compra a produção do Pólo Leiteiro do Agreste de Pernambuco. Hoje, o Programa do Leite foi adotado pelo Governo Federal que o financia e estendeu-o a outros Estados.

Na área da educação, Sr. Presidente, iniciamos a experiência, também pioneira, da Escola em Tempo Integral. O Programa foi iniciado no ano 2000 e é constituído por 20 centros que adotam conteúdo, métodos e gestão inovadores. Dotados de laboratórios, eles fornecem gratuitamente três refeições diárias, uniformes e livros didáticos aos seus alunos.

O Programa resultou de uma parceria realizada entre o nosso Governo e a iniciativa privada. Esses centros são submetidos a constantes avaliações na qualidade do ensino e na sua eficiência, com foco na aprendizagem dos alunos. Essa parceria público-privada viabilizou os investimentos iniciais destes cen-

tros, numa concepção que a educação não é uma responsabilidade apenas do Estado, mas de toda a sociedade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, qual o objetivo deste pronunciamento? Registrar que, nesta Casa, estarei sempre, sempre em defesa dos interesses maiores de Pernambuco.

Nosso Estado sempre esteve na vanguarda dos mais importantes episódios políticos que formaram a Nação brasileira, como a Independência, a Federação, a Abolição da Escravatura, a República e a luta pela democracia, no combate ferrenho ao autoritarismo.

Por causa dessas posições ousadas e independentes, Pernambuco foi punido diversas vezes. Perdeu parte expressiva de seu território; teve filhos seus covardemente assassinados e reprimidos. Porém, isso nunca intimidou os pernambucanos.

Lutar por Pernambuco, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lutar pelo Brasil. Nada me afastará desse caminho.

Hoje, nosso Estado é governado pelo grupo político que nos fazia oposição – episódio normal do processo democrático. De forma alguma, esse fato será impedimento para defender as causas pernambucanas. O bem maior de Pernambuco é a minha bandeira. Dela jamais abrirei mão!

Senhoras e Senhores Senadores, muito ainda teria a dizer sobre as conquistas e os desafios que marcaram a nossa passagem pelo Governo de Pernambuco.

Hoje, quase dois anos após me afastar do cargo, ampliei a convicção pessoal e política de que o destino de Pernambuco é ser grande, atendendo ao imaginário popular. Grande no passado, grande no presente, mas com a perspectiva concreta de que tem um futuro ainda maior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, com os meus agradecimentos a V. Ex^a pelo tempo extrapolado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a interpreta a grandeza do Estado de Pernambuco.

Procedo assim na Presidência em relação ao tempo, Senador Marco Maciel, com base no livro *O Espírito das Leis*, de Montesquieu. Entre os melhores pronunciamentos, estão os de Roberto Campos, com os quais poderíamos fazer um livro. Os pronunciamentos

dele ficaram para a história! Paulo Brossard falava por três horas e meia, e Petrônio reduzia, freava seus discursos para uma hora. Então, esse discurso de meia hora do nosso Senador Jarbas Vasconcelos foi muito pouco diante da grandeza de Pernambuco.

Pernambuco teve a melhor influência européia, de Nassau, dos orientandos de Administração, dos grandes governantes. Na própria Medicina – quero salientar –, Senador Marco Maciel, formei-me em 1966. O Jarbas Vasconcelos, há um professor de Medicina chamado Arnaldo Marques, que escreveu um dos melhores livros de Semiologia Médica – há Vieira Romeiro e Arnaldo Marques, do Nordeste.

A grandeza de Pernambuco é materializada aqui na presença do Senador Marco Maciel, esse extraordinário homem público que enriquece a democracia e que preside, com muita competência, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e do Senador Sérgio Guerra, que é Presidente do PSDB.

Então, Senador Jarbas Vasconcelos, diante de dois Senadores Presidentes – o Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, S. Ex^a que foi Presidente da República por 87 vezes, e o Senador Sérgio Guerra, que preside o PSDB –, resta-me fazer um convite. Estive representando as lideranças e a história do PMDB, em Salvador. Havia um Ministro, o Geddel – lembrei o nome dele, que é Ministro baiano, do PMDB histórico. E me lembrei de V. Ex^a, para que nosso Partido chegue à Presidência da República.

Convidamos para usar da palavra o Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador inscrito Cristovam Buarque.

V. Ex^a, que é o Vice-Presidente desta Casa, terá o tempo que achar conveniente para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder do PSDB, o Senador Arthur Virgílio, encaminhou à imprensa uma nota em que responde às indagações do Presidente Lula feitas hoje, pela manhã, no seu programa de rádio. O Presidente criticou a Oposição, que, segundo Sua Excelência, é intransigente em relação ao Orçamento da União.

Disse o Senador Arthur Virgílio: “É feio e antidemocrático tentar colocar a opinião pública contra o Parlamento. Melhor faria o Presidente se desse os nomes dos 300 picaretas que ele disse haver no Congresso, num passado recente”.

O Orçamento só não foi ainda votado, segundo o Líder, por culpa da própria base parlamentar gover-

nista, que se deixa conduzir por um minúsculo grupo da Comissão de Orçamento. Foi esse grupo, lembrou o Senador Arthur Virgílio, que criou uma espécie de Orçamento paralelo no valor de R\$534 milhões, com o nome de Anexo de Metas e Prioridades, para privilegiar emendas daqueles poucos parlamentares.

Veja, Senador Mão Santa, que um grupo de parlamentares, constituindo-se como proprietários do Orçamento da União, elabora um Anexo de R\$534 milhões, para destinarem recursos públicos sem estabelecer critérios e prioridades, excluindo os demais parlamentares dessa tarefa de destinação de recursos especiais.

Ora, segundo a nota do Senador Arthur Virgílio, foi esse grupo que criou uma espécie de orçamento paralelo – e trata-se de um orçamento paralelo:

“Denunciamos essa manobra, que é inaceitável. Esse Anexo não votamos! Nisso não transigimos! Não há nisso nenhum jogo político. É somente questão de ética. Tanto que o PSDB está pronto para aceitar a sugestão do Líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands, de se ratearem aqueles R\$534 milhões entre as 27 bancadas estaduais, segundos os critérios populacionais e de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados. Ou então – é a proposta do PSDB – que sejam aqueles recursos integralmente destinados a recompor o orçamento do Ministério da Saúde, o qual não cumpriu o estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, em função da nova sistemática de aferição do PIB. Como está, esse Anexo é a porta escancarada para futuros escândalos, incompatíveis com o Brasil que queremos!”

Ou, Senador Mão Santa, adotamos uma postura de rigor em relação à elaboração do Orçamento nesta Casa, ou caminharíamos para outro enorme escândalo, do tamanho do Congresso Nacional, porque são bilhões de reais do Orçamento da União que acabam sendo destinados de forma desonesta. Não há outra palavra para definir bem o que há nesta hora, é desonestidade mesmo!

Esse Anexo, que é uma espécie de orçamento paralelo, é desonestidade, é ausência de respeito não só em relação aos demais Parlamentares da Câmara e do Senado Federal, mas, acima de tudo, em relação ao povo brasileiro, que paga impostos, que é responsável por receitas recordes que vem obtendo o Governo e que deveria ser, portanto, o destinatário desses recursos. No entanto, alguns Parlamentares se julgam proprietários do Orçamento da União e passam a destinar recursos aleatoriamente, atendendo a outros objetivos – quem sabe, escusos –, não aos objetivos maiores, sustentados pela aspiração da sociedade brasileira.

Temos de acabar com essa Comissão de Orçamento; não há alternativa. Já houve uma CPI, a dos Anões, que culminou com a cassação de vários mandatos, mas esta não foi suficiente para ensinar. Não houve o aprendizado que se esperava.

Não há cuidado. Na verdade, há falta de escrúpulo. Corre-se o risco do escândalo, mas não se abre mão da corrupção. É claro que aí há corrupção esca-moteada. Não se trata de elaboração do Orçamento da forma como se deseja e se recomenda. Essa forma de se elaborar Orçamento abre as portas para a desonestidade, para o desvio de recursos. Há aí, claramente, desvio de finalidade na aplicação desses recursos.

Enfim, quase sempre, o Orçamento é uma peça de ficção, elaborado para o deleite de estudiosos ou para enfeitar as bibliotecas do Governo, porque, na verdade, não há respeito pelo Orçamento elaborado, não há execução orçamentária compatível com as necessidades do País. A execução orçamentária tem sido uma lástima no Governo Lula, proclamando sempre a incompetência de gerenciamento das finanças públicas no Brasil, e, a par dessa incompetência na execução, vem essa elaboração de má-fé. Ocorre essa elaboração, essa definição de metas e de prioridades, com lamentável má intenção. Não posso ver de outra forma.

É por essa razão que ganha força a tese de extinção da Comissão de Orçamento, para evitarmos um grande escândalo. Ou adotamos uma postura de rigor em relação ao que vem ocorrendo, extinguímos essa Comissão de Orçamento e passamos a elaborar e discutir o Orçamento nas Comissões temáticas, com uma última definição por meio de uma comissão de sistematização, ou estamos plantando a semente do grande escândalo, que poderá ocorrer futuramente.

Não é a previsão que desejo, é apenas um alerta que faço, pela obrigação de quem não quer ver este Congresso Nacional enxovalhado em razão da ação de alguns, que acabam comprometendo a presença de todos nesta instituição, que tem de ser defendida, preservada e respeitada pelo País, porque é essencial para o regime democrático.

Portanto, é claro que leio afirmações do Senador Arthur Virgílio, com as quais concordo integralmente. Essa é a posição da nossa Bancada. O Senador Sérgio Guerra, nos últimos dias, tem sido um porta-voz competente do Partido ao proclamar os vícios na elaboração orçamentária em curso e ao defender postura nova, moderna, em relação à elaboração do Orçamento no Congresso Nacional.

O que devemos ressaltar, nesta hora, é a incompetência do Governo não apenas neste ano, mas também em anos passados. Neste ano, alegou o fim

da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para retardar a aprovação do Orçamento. E nos outros anos? E no ano passado? Por que o Orçamento não foi aprovado no prazo estabelecido constitucionalmente?

Há desrespeito à Constituição até mesmo quando discutimos e elaboramos o Orçamento. Não respeitamos os prazos constitucionais estabelecidos, por incompetência do Governo, por incapacidade de planejar e, sobretudo, por incapacidade de articular politicamente, de buscar consenso em torno dessa peça, que é prioridade na administração pública. O Governo tem sido incapaz até mesmo de elaborar o Orçamento e muito mais incapaz tem sido no ato de executá-lo.

A execução orçamentária, mesmo em setores fundamentais para a população – segurança pública, para ficar em um único exemplo –, tem sido precária. A execução orçamentária implica alocação de recursos com percentuais ínfimos em relação àqueles que são estabelecidos orçamentariamente.

Portanto, Sr. Presidente, não cabe ao Presidente da República jogar sobre os ombros do Congresso Nacional toda a responsabilidade pela ausência de Orçamento, pela inexistência de Orçamento, neste momento da sua gestão. A responsabilidade maior e primeira é do próprio Poder Executivo, ao qual cabe armar-se de competência maior para elaboração do Orçamento. Esperamos que os exemplos desses últimos anos possam ser suficientes para que o Governo, no próximo ano, não cometa o mesmo equívoco, antecipe-se na elaboração do Orçamento e comece o ano com o Orçamento aprovado.

Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer referência, nesta segunda-feira, a uma importante divulgação da revista britânica **The Economist**, que diz que a vontade de burlar o ordenamento jurídico no Brasil “não surpreende”. É a afirmativa dessa revista britânica de conceito internacional: a vontade de burlar o ordenamento jurídico no Brasil não surpreende.

A revista enumera as inúmeras dificuldades enfrentadas para se abrir e se manter um negócio no Brasil e destaca que, nesse cenário, “não surpreende a vontade de burlar as leis”. E vai além: “Difícil explicar por que os empresários brasileiros existem.” Essa é uma afirmação radical, mas encontra justificativa na realidade que vivenciamos em nosso País. É difícil realmente explicar por que os empresários brasileiros existem.

A matéria dessa importante revista britânica faz referência à pesquisa da Corporação Financeira Internacional – organização do grupo do Banco Mundial –, que afirma que “os empresários brasileiros, apesar de estarem muito menos dispostos a correr riscos do

que os empresários na Rússia ou na China, acabam correndo muito mais riscos do que empresários de outros países”.

Segundo o estudo, o início de um negócio no Brasil consome 152 dias e “precisa de 18 procedimentos diferentes. Uma empresa de tamanho médio precisa de 2,6 mil horas de trabalho por ano para se manter em dia com os impostos”, ou seja, é preciso trabalhar 2,6 mil horas para pagar os impostos que pagam as empresas brasileiras.

Segundo estudo da Corporação Financeira Internacional, “a mesma empresa vai pagar 69% dos lucros do segundo ano de vida em impostos, se respeitar as regras e não receber incentivos fiscais especiais”.

O estudo mostra uma vertente muito preocupante: “essencialmente, o que determina bons empreendimentos no Brasil é a habilidade de navegar em volta da burocracia”, ou seja, o estudo faz referência ao tradicional “jeitinho brasileiro”.

As empresas grandes, por serem grandes, por serem economicamente poderosas e por poderem contratar brilhantes advogados, navegam com eficiência sobre as ondas da burocracia nacional, mas as pequenas empresas, aquelas que não possuem recursos para a contratação de brilhantes advogados, são obrigadas a migrar para a informalidade. Aliás, a informalidade, como diz essa própria revista em outra matéria recente, esconde, na realidade, a sonegação de impostos. Foi o pseudônimo que se arrumou para sonegação: informalidade. É o que ocorre no Brasil, lamentavelmente: cerca de 60% da economia nacional na informalidade.

Agora, estamos diante de uma grande oportunidade de reduzir a informalidade da economia no Brasil com a reforma tributária. Há, aí, o anúncio de que vamos discutir, no Congresso Nacional, uma reforma tributária. Há aqueles que imaginam estar o Governo produzindo uma cortina de fumaça para acobertar outros problemas que não deseja ver na pauta do noticiário nacional, especialmente as CPIs já instaladas e aquela que se instala nesta semana, para investigar os cartões corporativos, que é uma CPI também armada pelo Governo, arrumada, pois tem o modelo desejado pelo Governo. O Governo escolheu a dedo todos os integrantes da bancada situacionista e impôs o Relator. Obviamente, a Oposição acabou com a oportunidade de indicar a Presidência da CPI, num modelo que interessa, única e exclusivamente, ao Governo. É uma CPI fadada ao fracasso. É uma CPI que, provavelmente, para se justificar diante da opinião pública, penalizará alguns pequenos do serviço público, funcionários humildes que foram usados como ecônomos na utilização do cartão corporativo, para atender ao interesse

peçoal de seus chefes. Portanto, não é uma CPI que possa gerar expectativa favorável.

Não posso alimentar a falsa expectativa, mas me parece, Sr. Presidente Mão Santa, que o Governo, ao anunciar com certo alarde a discussão da reforma tributária, pretendeu, na verdade, produzir uma cortina de fumaça capaz de cobrir os efeitos, na mídia, da instalação da CPI dos cartões corporativos.

A proposta do Governo é tímida, para usar um adjetivo de salão, além de reunir uma miscelânea antiga de recortes de idéias que já circularam no passado: transformar as 27 legislações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em apenas uma; reduzir o número de alíquotas desse imposto estadual; cobrar no destino, não na origem; juntar alguns impostos federais no Imposto sobre Valor Agregado (IVA); extinguir contribuições etc. Ou seja, são assuntos já conhecidos da Casa, já conhecidos dos especialistas. Foram assuntos debatidos durante quase dez anos no Congresso Nacional; nada há de novo. A proposta é tímida, e, sobretudo, não há qualquer pista sobre possíveis mecanismos para impedir o aumento da carga tributária, nesse projeto do Governo.

Não temos tranqüilidade, Senador João Pedro, em relação à carga tributária. O objetivo principal de uma reforma tributária no Brasil, hoje, é reduzir a carga tributária, que inibe o crescimento econômico e que, na verdade, impede que o Brasil alcance índices de crescimento comparáveis aos índices alcançados pelos demais países emergentes do mundo. Aliás, o Brasil não alcança os índices de crescimento econômico nem mesmo dos países pobres do terceiro mundo. Perdemos para Cuba, para a Nicarágua, para a Bolívia. Nós, que combatemos tanto a eficiência administrativa de alguns países, que condenamos a postura administrativa de alguns líderes belicistas, sobretudo da América do Sul, estamos perdendo para eles em matéria de crescimento econômico, porque não ganhamos, na verdade, de ninguém, a não ser do Haiti.

Portanto, a reforma tributária é essencial para reduzir a carga que esmaga e para proporcionar um crescimento econômico maior, sobretudo com melhor distribuição da riqueza entre todos os brasileiros.

O Governo ainda não debateu o suficiente com a sociedade brasileira a reforma que pretende. O Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional têm de ser palco para esse debate, convocando representantes de todos os segmentos da economia e, sobretudo, especialistas em política tributária, para que possamos erigir um modelo tributário capaz de promover o avanço de que necessitamos: moderno e compatível com os modelos praticados nos países mais avançados do mundo.

A reforma do Governo não considera, por exemplo, a multiplicidade de legislação e competência tributária ou passou ao largo da multiplicidade de alíquotas e bases de cálculos aplicáveis aos diversos tributos, ignorando por completo todas as graves distorções dos tributos indiretos no plano nacional. Ignorou, igualmente, as distorções nos tributos sobre bens e serviços. Conforme demonstram os estudos técnicos, entre as principais conseqüências das distorções intrínsecas aos tributos brasileiros incidentes sobre bens e serviços estão: desestímulo aos investimentos produtivos; insegurança jurídica; inexistência de neutralidade no comércio exterior, em detrimento da produção nacional; alto custo de cumprimento das obrigações tributárias; elevado nível de sonegação e elisão; florescimento da informalidade, altamente prejudicial ao equilíbrio da concorrência.

A complexidade da estrutura de impostos no Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, vou prorrogar por mais cinco minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o suficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes, eu pediria permissão para saudar os alunos da Escola La Salle de Brasília, Distrito Federal.

Meus jovens estudantes, este é o Senado da República. Ali, em cima, está Rui Barbosa. Rui Barbosa simboliza este Senado. Foi ele o brasileiro mais importante para se fizesse a lei a fim de que os escravos fossem libertos. Foi ele o brasileiro mais importante para que nos tornássemos uma República. Ele passou 32 anos nesta Casa.

Digo, com muito orgulho, que este é um dos melhores Senados da República. Está na tribuna esse homem experiente, cumprindo sua missão de denunciar. Denunciou o Governo brasileiro. Esta Casa está desobediente à Constituição, não aprovando a Lei do Orçamento. S. Ex^a denuncia também as dificuldades para os que trabalham no Brasil.

Para que tenhamos otimismo, está neste recinto Pedro Simon, que revive Rui Barbosa nesta Casa.

Ô Pedro Simon, estão aí os jovens para conhecê-lo.

S. Ex^a simboliza a certeza de que o bem há de vencer o mal. S. Ex^a é o bem, é a virtude.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Só Pedro Simon conseguiu igualar-se a Rui Barbosa

nesta Casa. Rui Barbosa passou 32 anos aqui. Pedro Simon está aqui há 25 anos, mas o povo, o gaúcho, o herói da Guerra da Farroupilha, que foi fundamental na libertação dos escravos na República, já lhe garantiu 32 anos. Então, S. Ex^a é o único brasileiro que se igualou à conquista de representar o povo brasileiro.

Digo isso, para que vocês saiam daí acreditando. Sei que somos cristãos e que muitos são como São Tomé: precisam ver para crer.

Está aí um homem que engrandece este Senado, engrandece a República e engrandece o Brasil. Felizes são vocês que não precisam buscar exemplos em outros países e em outra História! O exemplo está aqui, na virtude de Pedro Simon, que simboliza as virtudes de todos os Senadores que por aqui passaram.

Continua com a palavra o grande e brilhante Senador da República e Vice-Presidente desta Casa, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Com prazer, antes de continuar, vou conceder a palavra ao Senador João Pedro, que me solicita um aparte.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Alvaro Dias, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a, que tem sido marcado pela postura de um Senador de Oposição. Gostaria de fazer este aparte e de registrar que V. Ex^a está muito pessimista. Primeiro, a CPI do Cartão Corporativo, que começará amanhã, V. Ex^a acaba de dizer que ela não vai dar em nada pela forma como foi montada, que é a da legitimidade do Congresso Nacional. Vamos fazer o debate. Deixe a CPI se instalar. A Senadora Marisa Serrano, do Partido de V. Ex^a, vai presidi-la, vai estar lá mediando todas as reuniões. Então, deixe acontecer! A sociedade vai acompanhar, bem como os Senadores. Enfim, V. Ex^a já não acredita mais nos resultados, está fazendo uma avaliação extremamente pessimista. Quanto à reforma tributária, quero dizer que o Governo, se não a manda para cá, é criticado. E olhe que o Congresso Nacional vem discutindo a reforma, que não é só uma exigência do Congresso Nacional, mas também da sociedade brasileira. Penso que é um grande momento este em que temos aqui a proposta da reforma tributária. Então, vai ser com o Congresso Nacional. O Poder Executivo mandou a proposta de fazermos aqui o debate, a discussão, as proposições. V. Ex^a acaba de apresentar algumas propostas. E penso que é isso que deve ser feito. Precisamos trabalhar a reforma tributária e fazer valer um debate profundo, para diminuirmos a tributação, para olharmos melhor nossa legislação, para olharmos melhor nossas regiões. Então, penso que este é um grande momento. Está de

parabéns o Presidente Lula! Mas o Congresso pode alterar, melhorar, aprofundar, e teremos, sim, ao final desse debate, um grande produto, uma grande legislação: a reforma tributária. Na realidade, não estou contra o pronunciamento de V. Ex^a, mas, sim, estou registrando o pessimismo de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador João Pedro, agradeço-lhe o aparte, que me confere a oportunidade de ser mais explícito em relação ao meu posicionamento.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que o filósofo italiano Antonio Gramsci, de esquerda – e escolhi esse filósofo por que sei que é compatível com as convicções ideológicas de V. Ex^a –, afirma que devemos ser sempre pessimistas no diagnóstico e otimistas em relação à possibilidade de solução dos problemas. Sou pessimista no diagnóstico, mas confesso a V. Ex^a que sou sempre otimista em relação às possibilidades futuras deste País.

No que diz respeito à CPI dos Cartões Corporativos, não posso gerar falsa expectativa, até pela experiência adquirida e pelo conceito que a sociedade brasileira já alimenta em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional. Sou, sem dúvida alguma, um dos principais defensores desse instituto que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, mas, realmente, essa CPI nasceu comprometida pela forma como foi constituída: muita conversa, muita negociação. Fica a impressão de que a Oposição está fazendo acordo com o Governo para investigar o Governo. Isso retira dela a credibilidade!

Então, tenho o dever de mostrar a convicção pessoal de que essa CPI não foi constituída para chegar ao centro do poder, para revelar o que há na clandestinidade da utilização dos cartões corporativos nos órgãos ligados à Presidência da República, onde se justifica um propalado sigilo em nome da segurança da sociedade e do Estado brasileiro, para não revelar gastos e apresentar comprovantes desses gastos. Portanto, com esse modelo, realmente não posso acreditar.

É evidente que vamos trabalhar. Eu próprio vou participar dessa CPI, para tentar revelar fatos, para investigar, para colocar o mal à luz, para tentar, quem sabe, antecipando-me ao relatório final, encaminhar ao Procurador da República para instaurar os procedimentos, a fim de que se investigue judiciariamente, para que se possam responsabilizar civil e criminalmente os eventuais envolvidos em falcaturas com a utilização do cartão corporativo.

Em relação à reforma tributária, tenho também, como V. Ex^a, a convicção de que é um fato positivo

a apresentação da proposta do Governo. Não estou criticando o fato de o Governo apresentar a proposta de reforma. Estou criticando a proposta de reforma que o Governo apresenta. Acho que é tímida, insuficiente. Temos, como V. Ex^a bem disse, o dever de aprimorá-la com o debate que aqui devemos travar. Não só o Congresso Nacional deve discuti-la. Devem-se convocar especialistas em política tributária no País, que são muitos, como Ives Gandra, como Sacha Calmon. Enfim, são tantos os nomes que poderão ser convocados para esse debate no Congresso Nacional! Obviamente, também os representantes dos diversos segmentos da economia e dos trabalhadores serão convocados. Há as entidades organizadas, representativas da força econômica do País, que deverão ser auscultadas, para que, ao final, o produto a ser oferecido ao Brasil como modelo tributário seja adequado e compatível com nossa realidade econômica e social.

É evidente que tenho razões também para suspeitar das intenções do Governo neste momento. Há pouco tempo, o Presidente da República dizia que o Governo dele não necessitava de reforma tributária.

E não necessita mesmo por que o Governo arrecada o que quer, arrecada demais, bate recordes de receita um mês após o outro. E, é claro, o Governo teme sempre perder receita, num primeiro momento, após a reforma executada.

Portanto, tenho razões para suspeitar de que quer o Governo prolongar esse debate, deixar passar, quem sabe, o ano e deixar se aproximar o final do seu mandato, para que a reforma possa ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eu teria mais alguns pontos a destacar, mas, em respeito aos demais Senadores inscritos, agradeço a V. Ex^a e peço apenas que considere lida a parte final do meu pronunciamento que está redigida aqui.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo extra que me ofereceu nesta segunda-feira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ALVARO DIAS.**

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

► Segundo a última edição da revista britânica *"The Economist"*, a vontade de burlar o ordenamento jurídico no Brasil **'não surpreende'**.

► A revista enumera as inúmeras dificuldades enfrentadas para se **abrir e manter um negócio no Brasil** e destaca que nesse cenário **"não surpreendente vontade de burlar as leis"** e vai além: **"difícil explicar por que os empresários brasileiros existem"**.

► A matéria da importante revista britânica faz referência a recente pesquisa da Corporação Financeira Internacional – organização do grupo do Banco Mundial –, que afirma que os **"empresários brasileiros, apesar de estarem muito menos dispostos a correr riscos do que os empresários na Rússia ou na China, acabam correndo muitos mais riscos do que empresários de outros países."**

► Segundo o estudo citado dar início a um negócio no Brasil consome **152 dias** e **"precisa de 18 procedimentos diferentes"**. Uma empresa de tamanho médio precisa de **2.600 horas de trabalho por ano para se manter em dia com os impostos"**, afirma um dos autores do estudo citado pela *"The Economist"*.

► Segundo o estudo da Corporação Financeira Internacional ligada ao Banco Mundial: "a mesma empresa vai pagar 69% dos lucros do segundo ano de vida em impostos, se respeitar as regras e não receber incentivos fiscais especiais".

► O estudo mostra uma vertente muito preocupante: "essencialmente, o que determina bons empreendimentos no Brasil é a habilidade de navegar em volta da burocracia".

► **REFORMA TRIBUTÁRIA enviada pelo Governo** : a proposta é tímida – para usar um adjetivo de ‘salão’ – além de reunir uma miscelânea antiga – corte recorte de idéias que já circularam no passado (transformar as 27 legislações do ICMS em apenas uma; reduzir o número de alíquotas desse imposto estadual; cobrá-lo no destino e não na origem; juntar alguns impostos federais num IVA; extinguir contribuições, etc).

► Não há qualquer pista sobre possíveis mecanismos para impedir o aumento da carga tributária, no projeto do governo.

► O Governo não debateu com a sociedade; a reforma tributária enviada não foi precedida de um exaustivo estudo; não passou pelo crivo dos atores envolvidos.

► A "reforma" do governo não considerou, por exemplo, a multiplicidade de legislações e competências tributárias, ou passou ao largo da multiplicidade de alíquotas e bases de cálculo aplicáveis aos diversos tributos, ignorando por completo todas as graves distorções dos Tributos Indiretos no Plano Nacional.

► Ignorou igualmente as distorções nos tributos sobre Bens e Serviços. Conforme demonstram os estudos técnicos, entre as principais consequências das distorções intrínsecas aos tributos brasileiros incidentes sobre bens e serviços estão:

- a) desestímulo aos investimentos produtivos;
- b) insegurança jurídica;
- c) inexistência de neutralidade no comércio exterior, em detrimento da produção nacional;
- d) alto custo de cumprimento das obrigações tributárias;
- e) elevado nível de sonegação e Elisão;
- f) florescimento da informalidade, altamente prejudicial ao equilíbrio da concorrência.

► A complexidade da estrutura de impostos no Brasil exige mais que elencar propostas antigas.

► Gostaríamos ainda de nos referir à matéria da "BBC BRASIL" que traz comentários de diversos especialistas e diplomatas sul americanos sobre o fato da liderança brasileira no continente ser ainda **uma promessa**.

► Dante Sica, presidente da consultoria argentina Abeceb, especializada nas relações entre Brasil e Argentina: o Brasil *"não tem todos os atributos de um líder, porque tem muitos problemas internos."*

► Teodoro Petkoff, ex-ministro do Planejamento, opositor a Chávez: *"acredito que Lula compreendeu apenas recentemente que não pode deixar o cenário latino-americano (e a América Sul) coberto somente pela vigorosa figura de Hugo Chávez"*.

► Ex-ministro da Defesa colombiano Rafael Pardo: *"Francamente (as aspirações de liderança brasileira), deveriam ser mais ativas. A idéia da união sul-americana ficou débil, o Brasil parece ter perdido o entusiasmo em relação a essa idéia, e acho que é necessário entusiasmo para a América do Sul ter um processo de integração mais dinâmico do que o tem tido até agora"*.

10-3-2008

des, para privilegiar emendas daqueles poucos parlamentares.

ARTHUR VIRGÍLIO AFIRMA NÃO HAVER INTRANSIGÊNCIA PARA VOTAR ORÇAMENTO

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou hoje não haver nenhuma intransigência da parte das oposições em relação ao Orçamento da União para este ano.

"É feio e antidemocrático – assinalou o senador – tentar colocar a opinião pública contra o Parlamento. Melhor faria o Presidente Lula se desse os nomes dos 300 picaretas que ele disse haver no Congresso."

O Orçamento só não foi ainda votado, segundo o líder, por culpa da própria base parlamentar governista, que se deixa conduzir por minúsculo grupo da Comissão de Orçamento.

Foi esse grupo, lembrou o senador, que criou uma espécie de orçamento paralelo no valor de R\$534 milhões, com o nome de Anexo de Metas e Priorida-

"Denunciamos essa manobra, que é inaceitável", afirmou Arthur Virgílio. "Esse Anexo não votamos! Nisso não transigimos! Não há nisso nenhum jogo político. É somente questão de ética. Tanto que o PSDB está pronto para aceitar a sugestão do líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands, de se ratear aqueles R\$534 milhões entre as 27 bancadas estaduais segundo os critérios populacionais e de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. Ou então – é a proposta do PSDB – que sejam aqueles recursos integralmente destinados a recompor o orçamento do Ministério da Saúde, o qual não cumpriu o estabelecido na Emenda Constitucional 29, em função da nova sistemática de aferição do PIB. Como está, esse Anexo é a porta escancarada para futuros escândalos, incompatíveis com o Brasil que queremos!"

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a me faz lembrar o Renascimento, Michelangelo, o grande artista cujas obras enriquecem a Capela Sistina. E a maior obra de Michelangelo foi, sem dúvida nenhuma, a estátua de Pedro. Ele julgou que atingira a perfeição e, tão convencido estava disso, bateu na estátua e disse: “Parla, Pedro. Parla, Pedro”. Eu acho que Deus concedeu a ele o dom da arte de fazer esculturas. Mas Deus não ia deixar que Pedro, o apóstolo mais ligado a Cristo, deixasse de falar. Entendo que mandou Pedro Simon, com as mesmas virtudes cristãs, falar a este Senado e ao povo do Brasil. Somos agradecidos a Deus por V. Ex^a representar essas virtudes e a iluminação. Aprendi na história que, diziam os gregos, o melhor orador do mundo era Demóstenes, o romano Cícero, mas ele não conhecia Pedro Simon.

Use da palavra o tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. esse programa do Senado é impressionantemente muito assistido no Rio Grande do Sul, muito, muito assistido. Eu permanentemente, falando com os companheiros, tenho que explicar quem é V. Ex^a. Esses são todos muito entusiasmados com a atuação, com o trabalho, com o debate, com a sinceridade de V. Ex^a. Eles querem saber quem é o Mão Santa, lá do Piauí.

Tenho explicado: é um homem fora do comum, fora de série. Um grande médico. Fez um sucesso imenso por duas questões: porque era um grande médico, um grande cirurgião, salvava vidas e mais vidas, e não cobrava nada, trabalhava de graça. Por isso o nome de Mão Santa. Mão Santa porque salvava vidas e Mão Santa porque não cobrava. E eles me perguntam: “Mas e esse seu estilo?”. Eu digo: “O Mão Santa tem um coração do tamanho do Brasil, na sua bondade, na sua grandeza, na sua dureza na hora da crítica. É um homem que tem grandes qualidades”. Tem um defeito: quando ele gosta, às vezes ele exagera. Eu mesmo fico com uma vergonha, uma vergonha muito grande, ao ver o Mão Santa se referir a mim, que sou um admirador seu. S.

Ex^a é quem merece os nossos elogios pelo que está fazendo nesta Casa, nesta segunda-feira, na sexta-feira, às 8 horas da noite. A qualquer momento, este Senado pode estar vazio, como praticamente está, mas a figura de Mão Santa vai estar, e sua firmeza também vai estar. É bonito ver um homem dizer, debater, analisar, trazer a sua cultura, a sua capacidade de conhecer os grandes líderes do pensamento mundial. Em síntese, caminhar numa verticalidade, buscando o que é bom.

Nós estamos no Congresso, numa hora da vida pública em que o Governo praticamente quase tudo pode. A gente vê os debates, as discussões, atrás do plenário, nos bastidores, e a gente vê o Governo acertando, ganhando tudo que quer e o que deseja.

Estamos aqui, numa CPI, a dos cartões. O PMDB, num gesto de “grandeza”, abre mão da Presidência, e troca pela Eletrobrás, mais a Eletronorte, mais a Eletronordeste, mais não sei o quê, mais não sei o quê. Parece que muitas pessoas têm um preço. V. Ex^a, (Senador Mão Santa, na presidência), o Senador Jarbas e mais alguns, esses não têm preço. Podem ser convencidos pelo argumento. Mas, um cargo da importância de um ministério como o de Minas e Energia ou de um cargo como Presidente da Eletrobrás, uma diretoria da Petrobras, ou do Banco do Brasil, não é por aí que chegam ao sentimento e ao voto de V. Ex^{as}.

Sr. Presidente, eu vou falar de um funcionário desta Casa. Eu sou das pessoas que menos me envolvo na questão interna da Casa. Tenho aqui muitos amigos. São 25 anos que estou aqui, nunca tive nenhuma interferência, nunca exerci nenhum cargo de mando ou de direção, nunca pedi. Não tem ninguém, nesta Casa, que tenha entrado como funcionário permanente pela minha mão.

Mas estou aqui para falar de um assunto, que acho que se nós não equacionarmos normalmente, vai ficar um lado negativo desta Casa. Nós temos um funcionário, Marcos Santi. Esse funcionário fez a sua parte achando que deveria cumprir a sua obrigação, e apresentou um fato sobre o debate que tivemos com relação à renúncia do último Presidente do Senado Federal.

E me chama a atenção o fato de sua punição, que não entendo. E vejo alguns exemplos que acompanhei: a Fernanda Karina Somaggio, secretária de Marcos Va-

lério, que perdeu o emprego e denunciou que estava sendo perseguida; o Francisco Eriberto Freire França perdeu o emprego, porque não deram amparo, nem nós nem ninguém; Francenildo Santos Costa, caseiro que denunciou o então Ministro Palocci, não consegue mais nenhum emprego, em lugar nenhum, aqui em Brasília, conforme notícia publicada no **Correio Braziliense**. Pessoas anônimas, simples, singelas, para não ganhar nada, tiveram a coragem de olhar para o bem e dizer aquilo que achavam que estava certo. E estão pagando, e pagando muito caro. Aquele motorista que teve a coragem, na CPI do **Impeachment**, de falar, de dizer o que pensava, quando todo mundo silenciava; aquela secretária que teve coragem de contar os fatos, dizendo o que havia; o Marcos Santi, que contou o que ele passou nesses instantes.

Estou aqui com o **Correio Braziliense**. Trata-se de Marcos Santi, membro desta Casa:

Marcos Santi pediu exoneração por presenciar pressões que o então Presidente do Senado exercia sobre funcionários e órgãos técnicos da Casa. Ele declarou o que toda população brasileira já sabia [e que foi objeto de inúmeros concursos nessa tribuna]: que o Presidente estava interferindo nos trabalhos referentes à denúncia que ele estava respondendo. O que é informado por Marcos Santi nunca foi devidamente apurado. A denúncia foi levantada, mas o processo contra o servidor foi prontamente instaurado.

Com relação ao Presidente do Senado, ele renunciou, espontaneamente, o Plenário o absolveu, e o assunto foi encerrado. Mas o processo contra o funcionário foi prontamente instaurado. Ele recebeu, no final, uma condenação de advertência formal, e ela foi colocada na sua ficha funcional. Ele não é mais réu primário. Daqui para diante, qualquer fato fora da linha, ele é demitido.

O que me causa estranheza é a razão alegada da punição: não haver o funcionário formalizado a acusação contra o Senador Presidente. Repito: ele foi condenado porque não formalizou por escrito a acusação contra o Senador. Ora, quem não sabe que o servidor depôs para o Corregedor, Romeu Tuma, e para os dois Relatores do Conselho de Ética? Mas quem não soube que esse funcionário público depôs perante o Senador Romeu Tuma, Corregedor, e perante os dois Senadores, Marisa Serrano e Renato Casagrande, Relatores do Conselho de Ética?

Quem é Marcos Santi? Marcos Santi Foi Secretário-Geral da Juventude do MDB de Porto Alegre, de 1976 a 1979. Lá se vão 30 anos. Entrou no Senado como Datilógrafo, em 1985, abrindo mão de ser servidor do Banco do Brasil. No Senado, trabalhou comigo, com o meu suplente, Senador Alcides, e com o Senador José Paulo Bisol. Em 1988, foi o único servidor do Legislativo, aprovado no primeiro concurso da Escola Nacional de Administração Pública. Ele foi o único aprovado, funcionário público. Em 1989, foi promovido para Analista Legislativo do Senado, em concurso interno, como segundo colocado.

Aí vieram as CPIs famosas deste Senado. O funcionário Marcos Santi foi colaborador de um número enorme de Senadores neste trabalho de CPI, como assessor, como orientador, aprofundando seu conhecimento dessa matéria. Os Senadores chegavam ali, e ele os orientava. Sempre agiu com responsabilidade e espírito público. Foi sempre um dos funcionários mais dedicados nas investigações.

Todo esse histórico do seu funcionamento profissional rendeu a Marcos Santi o convite para ser um dos Secretários-Adjuntos da Mesa, na gestão do nosso conhecido Dr. Raimundo Carreiro. Repito: foi dessa função que o funcionário pediu exoneração, por não concordar com as pressões exercidas sobre ele na questão da apuração dos delitos ou não do ex-Presidente. Ele poderia omitir-se. Aliás, seria normal omitir-se. É aquela célebre frase: em briga de cachorro grande, por que a gente vai-se meter? Fica-se de fora. E talvez fosse até ser indicado para outros postos mais importantes no futuro. Mas, entre a promoção e o dever, ele ficou com sua consciência, a mesma que conheci ao longo desses quase 25 anos.

O que isso pode significar para o servidor, para a Casa como um todo? Essa condenação, para o servidor do Senado, significa que qualquer irregularidade sabida ou presenciada deve merecer o silêncio sob pena de punição. Repare a gravidade desse fato. Todo funcionário público do Senado e da Câmara está olhando, viu a situação, a sua punição. “Ah, mas é uma punição singela incluir o nome dele! É uma punição de comunicação.” Todo funcionário da Casa parece que está recebendo uma orientação. “Fique calmo. Fique calado. Não fale. Não abra a boca. Não diga nada sobre qualquer coisa de errado que está no Senado.

Você estando quieto, não acontece nada; você falando, pode ter a punição.” Essa é a orientação que se está querendo dar, nesta hora, nesta Casa. Um péssimo exemplo! Um péssimo exemplo do Senado para seus servidores e para todos os cidadãos brasileiros que não se omitem, quando tomam conhecimento da prática de qualquer tipo de crime.

Temos visto uma coisa fantástica: como a gente simples, como a gente humilde se apresenta, para ajudar, para colaborar, para buscar a verdade, para apontar os culpados. Nem sempre é gente importante, nem sempre é almotofadilha – esses se acomodam.

Esta Casa é constituída de funcionários honrados. Somos passagem, eles fazem a vida desta Casa. Eu conheço inúmeros funcionários da Casa, a começar pelos do meu gabinete, que estiveram comigo nestes anos todos. Eles passaram por concursos, são efetivados e não têm absolutamente nada a ver comigo – podem estar comigo hoje e, amanhã, com outro. Mas a dedicação, o carinho, o afeto, a preocupação em ver que as coisas sejam feitas corretamente são uma rotina nesta Casa.

Isso faz da punição de Marcos Santi uma orientação triste e dolorosa aos responsáveis funcionários desta Casa: “Omitam-se; calemb a boca, quando tomarem conhecimento de qualquer fato grave, de qualquer omissão, de qualquer crime até que se pratique nos bastidores”.

E isso contribui para a péssima legitimidade do nosso Parlamento. Não investiga, não pune quem deve. E pior, pune, somente quando alguém cumpre com os seus deveres legais. Não é à toa que o Congresso, que já tinha 1,1% de aprovação pública, agora tem 0,5%.

No caso do funcionário Marcos Santi, se for mantida a sua punição, há que se fazer o mesmo com os Parlamentares que também denunciaram a intromissão indevida do Senador no seu processo. Aqueles que falaram, debateram, vieram a esta tribuna, votaram também devem ser punidos. Por que não?

Peço daqui a V. Ex^a, Sr. Presidente Garibaldi – não sei a fórmula, V. Ex^a saberá logo –, que extin-

ga a pena imposta ao servidor Marcos Santi. Arquive imediatamente esse processo. É passado, já aconteceu. Eram quatro denúncias, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as aceitou. Veio a esta Casa. E esta Casa, por maioria, inocentou o Presidente. Está encerrado o caso.

É melhor assim, do que dizer que, de todos aqueles debates, todas aquelas manchetes, capas de revistas, longas horas de televisão, de tudo aquilo, houve uma conclusão: a ficha do Sr. Marcos Santi está borrada, manchada, pelo crime de dizer aquilo que achava que estava havendo e aquilo que achava que estava certo.

É muito melhor, Sr. Presidente. É o apelo que faço ao ilustre Presidente Garibaldi, que não tem nada a ver com esses fatos. Não foi ele quem os praticou, mas ele pode resolver.

(Simon mostra manchetes do jornal) Olhe aqui, Sr. Presidente: “Senado pune servidor que denunciou Renan”.

Este é outro artigo a que me referi aqui: “Caseiro cobra promessa da OPOSIÇÃO”.

O que ele cobra? É o caseiro que denunciou que o Ministro da Fazenda ia lá, à casa onde havia discussão e não sei mais o quê... Ele falou, contou: foi demitido e não consegue um emprego hoje em Brasília. Está quase dado ao vício do álcool.

É isso, ele denunciou. Fez-se um levantamento; um Conselho de Ética fez um debate enorme, por meses. Como quase tudo nesta Casa, não se fala mais no assunto. Mas ele pagou.

Sr. Presidente, Garibaldi, meu querido e bravo Senador Mão Santa, que, neste momento, está na Presidência, dou a V. Ex^a o meu pronunciamento e peço o favor de que faça chegar às mãos do Presidente Garibaldi.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos requisitar as notas taquigráficas e encaminhá-las ao Presidente, para que se faça justiça. Rui Barbosa disse que “justiça tardia é injustiça manifesta”. E Cristo, que está acima dele, disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. E V. Ex^a apenas pede justiça, que enriquecerá o Senado, a República e a nossa Pátria.

Convidamos para usar da palavra, após brilhante pronunciamento de Pedro Simon, Senador da República, de acordo com a ordem de inscrição, o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores, que representa o Estado do Amazonas. Em seguida, está inscrito o Senador Augusto Botelho, também do Partido dos Trabalhadores, que representa Roraima e, sobretudo, a classe médica brasileira.

V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. Essa é uma liberalidade nossa em homenagem ao Governo que V. Ex^a representa.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana que passou, a mídia brasileira registrou com muita indignação o retorno dos brasileiros que não foram aceitos na Espanha. Foi publicado ontem no jornal **Folha de S.Paulo** um editorial, cuja inserção nos Anais do Senado eu solicito, sob o título “Eu não sou cachorro, não!” – salvo engano, o mesmo título de uma música popular –, que faz uma análise sobre a maneira como os brasileiros foram tratados nos aeroportos da Espanha.

Quero agora abrir um parêntese, Sr. Presidente, para dizer da minha alegria pelo resultado da eleição que se encerrou ontem na Espanha. Já temos o resultado: foram vencedores o Presidente Zapatero e o partido dele, o PSOE, Partido Socialista da Espanha.

Durante a campanha eleitoral, o tema da emigração e da imigração foi tratado com muita ênfase nos debates.

Tenho uma manifestação na imprensa expondo minha expectativa acerca do modo como o governo espanhol vai tratar esse assunto, que evidentemente, não diz respeito apenas à nacionalidade brasileira. Essa é uma decisão do governo espanhol. Quero respeitá-la, mas quero também me associar aos brasileiros, aos articulistas que abordaram e analisaram, com indignação, a situação dos brasileiros que passaram horas e horas nos aeroportos espanhóis sem água, sem nenhum tipo de assistência. Essa postura visava humilhar – essa é a verdade – os brasileiros que não foram aceitos. Quero associar-me a esses brasileiros e, na condição de Senador da República, repudiar a postura do governo espanhol.

Quero dizer a V. Ex^a e a este Senado que nós, brasileiros – o Congresso, o Governo, a sociedade civil –, precisamos refletir acerca não só dessa postura, que não considero isolada, mas também acerca da postura da União Européia. Há um mês, ela decidiu contrariar o nosso comércio, impondo critérios absurdos para a im-

portação da carne brasileira. Há uma série de medidas da União Européia que, no meu ponto de vista, contrariam uma relação democrática, respeitosa e civilizada com os países, principalmente os da América do Sul.

É preciso que o Governo brasileiro e o Itamaraty tirem lições dessa postura do governo espanhol em relação a brasileiros e brasileiras e que nós possamos estabelecer critérios claros, nítidos, para não constranger aqueles que buscam o direito universal de ir e vir. Penso que faltam critérios, e é preciso que a lição seja tirada no sentido de os dois países estabelecerem regras. O que não pode continuar é a postura da Espanha de impedir que brasileiros adentrem o seu país, baseada em critérios extremamente questionáveis, como cor, postura da pessoa e até se a mulher está sozinha. São critérios extremamente subjetivos.

Então, é preciso que a Espanha, que tem uma referência na Europa, e o Brasil, que tem papel importante na América do Sul, estabeleçam critérios claros para não constranger pesquisadores, estudantes, cidadãos que vão à Europa, cidadãos que querem visitar a Espanha.

É inconcebível que, em pleno século XXI, com os avanços da sociedade civil, com direitos que o mundo deve reconhecer ao cidadão, à cidadã, a Espanha trate os brasileiros da forma como foram tratados esses brasileiros.

Senador Augusto Botelho, eu não poderia me omitir. Quero colocar-me ao lado de outros Senadores, como o Senador Suplicy e o Senador Paulo Paim, que já registraram sua indignação. Existe uma proposta da Comissão de Relações Exteriores de discutir com o Embaixador brasileiro na Espanha essa situação. Penso que o Itamaraty e o nosso Governo precisam pautar essa crise, essa relação desrespeitosa, e estabelecer, de forma muito clara, normas, regras, critérios, para que o brasileiro não seja repatriado, não seja humilhado, não seja constrangido na Espanha.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar aqui o meu repúdio a esses fatos e a minha expectativa com o resultado das eleições no dia de ontem na Espanha, no sentido de que aquele país venha a rever a sua postura. Penso, inclusive, que os brasileiros e o Itamaraty deveriam apoiar a iniciativa das indenizações. A Espanha deve indenizar prejuízos. Além do prejuízo financeiro, o psicológico, o constrangimento dos brasileiros e das brasileiras que foram – acho que este é o termo – detidos horas e horas. Houve relatos que me impressionaram. Uma cidadã brasileira ficou perambulando numa sala por mais de 30 horas, sem água, sem condições de descanso e sem uma autoridade alfandegária para discutir, para esclarecer, para dialogar. Então, essa postura é lamentável. E, historicamente, são vários os registros. E isso não diz respeito apenas aos fatos dos últimos dias, mas à Europa, ao Velho Mundo, que tem posições tão importantes, avanços sociais em relação aos direitos universais, mas também é grande a marca de

posturas preconceituosas, principalmente com os povos africanos, asiáticos e os latino-americanos.

Então, é preciso que se condene essa postura de querer tratar alguns povos como periféricos e não como um cidadãos ou cidadãs de um país soberano, livre, como os que compõem as populações da América Latina, os povos africanos, os povos árabes e asiáticos. Quero, portanto, não só criticar essa postura da Espanha, mas também o comportamento de setores significativos da Europa, que discriminam as populações desses continentes.

Sr. Presidente, com o resultado eleitoral do dia de ontem, a vitória do Partido Socialista, a minha expectativa é de que, no marco dessa nova conjuntura, de uma nova composição do Congresso Nacional – com mudanças pequenas, mas foi eleito um novo Congresso Nacional –, a Espanha respeite o povo brasileiro e

trate o nosso País não de uma forma especial, mas de forma que possa dignificar o ser humano, de respeito ao ser humano, e que a Espanha e o Brasil possam ter regras claras no sentido de evitarmos, de forma absoluta, o constrangimento que dezenas de brasileiros e brasileiras passaram nesses últimos dias.

O que a Espanha fez feriu o povo brasileiro, a Nação brasileira. Neste sentido, chamo, aqui, a atenção das nossas autoridades e do Itamaraty no sentido de porem um fim, darem um basta à postura discriminatória e autoritária do governo espanhol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A2 • OPINIÃO Domingo, 09 de março de 2008

FOLHA DE S. PAULO

Editoriais

Eliane Catanhêde Eu não sou cachorro, não!

BRASÍLIA - Depois de barrados no aeroporto, de ficarem' horas e horas sem beber, sem comer e sem contato com suas famílias e de passarem até três dias detidos em locais insalubres, os brasileiros escoraçados pelo governo espanhol chegam aqui dizendo que foram tratados "como cachorros".

Podemos até ser de um país em que milhares ou milhões de cidadãos preferem sair do que entrar, principalmente sair para os países mais ricos do norte ou da Europa. Mas é uma cachorrada tratarem nossos jovens, nossos mestrados e doutorandos, nossos pobres ou nossos ricos, como cachorros.

Ninguém questiona o direito de a Espanha ou de qualquer outro país - inclusive o Brasil - barrar estrangeiros que batem à sua porta, em especial diante do crescimento brutal de latino-americanos, africanos e asiáticos na União Européia, muitos deles ilegais. (Estima-se que 10% dos residentes na Espanha sejam não-espanhóis.)

O que não se pode engolir são os critérios e sobretudo a forma. Se dois estudantes estão só fazendo uma escala para ir a um congresso em Lisboa; se o consulado brasileiro envia toda a papelada comprovando que eles não estão mentindo; se não há nenhum risco de eles virarem ilegais... aí a coisa passa a ter contornos de racismo. A moça e o rapaz preenchiam as exigências. Foram barrados por serem brasileiros. E, por serem brasileiros, tratados como cachorros.

Pesa a eleição de hoje, com forte tom antiimigração, e pesa também o confronto entre os ministérios do Interior e do Exterior. Um cuida dos imigrantes. O outro, dos viajantes. E não se entendem. Os dois ministros, aliás, são candidatas.

O Brasil foi decisivo para que Colômbia e Equador se dessem as mãos, e vai precisar de muita diplomacia para apertar as mãos da Espanha. As mesmas que maltratam os cidadãos sem ao menos pretexto; só porque são brasileiros.

elianec@uol.com.br


João Pedro
Senador PT/AM

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador Augusto Botelho, que representa o Estado de Roraima pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade que contesta a autorização dada pela Lei de Biossegurança, votada e aprovada pelo Congresso Nacional, do uso de embriões congelados em laboratórios para pesquisas científicas. A lei é bem clara: embriões congelados há mais de três anos.

O relator da ação direta de inconstitucionalidade, Ministro Carlos Ayres Britto, apresentou voto a favor da liberação desses estudos, bem como a Presidente da Corte, a Ministra Ellen Gracie.

Porém, o julgamento foi suspenso por um pedido de vistas do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Por isso, o caso ficará fora da pauta de votação do STF por até trinta dias, quando voltará para a fila das matérias a serem apreciadas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como médico e Senador por Roraima, quero deixar registrado que a pesquisa com células-tronco embrionárias representa uma esperança de cura e de vida para vários portadores de doenças neurodegenerativas e incapacitantes.

No programa Fantástico dos dois últimos finais de semana, foi mostrado um menino, um pequeno gênio da matemática, que é portador de uma dessas doenças para as quais a ciência só vai achar solução depois que desenvolver e passar a conhecer a utilização de células-tronco embrionárias.

Essa aplicação representa a possibilidade de se encontrar cura para várias doenças como Mal de Parkinson, diabetes e lesões de medula ou nervos. Lesões de medula são aquelas que geralmente ocorrem após acidentes e que deixam as pessoas paráliticas: paráliticas das duas pernas, de um membro só ou de todos os membros. Para essas pessoas, com o conhecimento da ciência atual, não temos nenhuma solução ou proposta de cura ou de tratamento. A esperança delas reside justamente no desenvolvimento do conhecimento das células-tronco embrionárias.

A célula-tronco embrionária pode se transformar em mais de 216 tipos de tecidos, enquanto as células-tronco adultas podem se transformar apenas em alguns tipos de tecidos. Por isso, as células-tronco embrionárias têm de ser estudadas, têm de ser utilizadas.

Vários países, como Austrália, Estados Unidos, China, Inglaterra, Japão e Israel, já autorizaram o uso

de embriões em pesquisas. Academias de Ciência de 65 outros países também já fizeram o mesmo.

Lembro que os embriões que os cientistas brasileiros irão usar são embriões que já estão há mais de três anos congelados. Não se pode usar nenhum embrião com menos tempo de congelamento do que esse período. E, para utilizá-lo, há de haver autorização também dos pais biológicos daquele embrião.

Os embriões que estão guardados nos bancos das clínicas de fertilização não têm mais chances de utilização. Geralmente, quando a pessoa faz uma fertilização e consegue ter um filho ou dois, fica satisfeita. Os outros embriões ficam lá guardados e não terão nenhuma utilidade, a não ser para experiências na tentativa de se encontrar tratamento para muitas doenças.

Vim hoje à tribuna do Senado para dizer que em nosso País temos mais de cinquenta pesquisas, que testariam o potencial das células-tronco, paralisadas por conta dessa ação de inconstitucionalidade. Estamos andando para trás, Sr. Presidente, Senador Gim Argello. Dessa forma, estamos andando para trás; estamos perdendo a chance de oferecer cura a brasileiros que sofrem de doenças como, por exemplo, a esclerose. Crianças acometidas da forma mais grave de esclerose não chegam a viver dois anos. Só um pai que tem um filho com esclerose é que sabe da gravidade da doença, ou os parentes que conhecem a criança.

Se o Supremo Tribunal Federal não decidir a favor da pesquisa com células-tronco embrionárias, a ciência brasileira vai retroceder e não poderemos oferecer cura aos mais necessitados no Brasil. Os que têm recursos poderão viajar, pegar um avião para a Inglaterra, o Japão, Israel, onde há tratamento. Mas, nós, a maioria dos brasileiros, que não temos condições de fazer isso, vamos continuar com as patologias que surgirem nas nossas famílias. Os brasileiros ricos irão buscar essa chance nos outros países; os que não tiverem recursos para pagar ficarão doentes e morrerão se tiverem doenças letais.

Sr. Presidente Gim Argello, Sr. Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, proibir as pesquisas com células-tronco embrionárias significa continuar dando aos embriões excedentes nas clínicas de fertilização o único destino que está previsto para eles: serem descartados ou serem jogados no lixo.

Permitir a pesquisa com células-tronco enseja a discussão sobre a vida, sobre dispor da vida. É um ser vivo; ele tem vida. Mas a família tem de autorizar, como autoriza a doação de qualquer órgão. Quando a pessoa tem morte cerebral em uma UTI, a família pode doar os órgãos, o coração, os pulmões, a pele, todos os tecidos daquela pessoa. Esses embriões congelados estão numa situação parecida com a desses

pacientes que estão nas UTIs e que não têm chances de viver.

Então, temos de fazer com que prevaleça a disposição legal no sentido de permitir que sejam feitas pesquisas com células-tronco e, assim, dar esperança para essas pessoas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Com prazer, ouço o aparte do Senador Mão Santa, médico, experiente cirurgião, que fez muito bem às pessoas do seu Estado, o Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, esse assunto foi debatido muito aqui, e o Senado viveu um de seus grandes dias, fazendo uma lei boa e justa. Esta Casa tem meia dúzia de médicos. Fui professor de Biologia, de Fisiologia, de Genética. Procurado por aqueles que eram os relatores na Comissão de Assuntos Sociais, aqueles que estavam ligados ao assunto na Subcomissão de Saúde, sugeri que convidássemos os melhores cientistas do País. E eles foram convidados e aqui estiveram em audiência pública. Se há uma lei boa e justa, é esta. No entanto, a ignorância é audaciosa. Sócrates, que começou o mundo civilizado, define esta situação hoje – e quis Deus que assumisse agora a Presidência o Senador Garibaldi Alves Filho. Sócrates já dizia: “Só há um grande bem: o saber; só há um grande mal: a ignorância”. E o mundo foi arredio à pesquisa. Na época medieval, esperava-se tudo de Deus. Então, uma juventude rebelde na história do mundo, justamente na época que antecedeu o descobrimento do Brasil, lá pelos anos de 1400, liderada por Leonardo da Vinci, talvez a maior inteligência da história da humanidade, Michelangelo, Rafael, Dante Alighieri, Maquiavel, na política, mudou, mostrando que, no mundo, precisávamos estudar e trabalhar. Aí é que evoluímos. Chamaram essa época de Renascimento. Nós, que somos médicos – eu sou médico-cirurgião –, estudando aqueles que nos antecederam, vemos como sofreram. A Igreja os condenava, os excomungava. Estudar a anatomia do corpo humano era um sacrilégio; era motivo de excomunicação. Abrir um tórax?! O tórax era sagrado, não podia. Hoje, vemos que se tira o coração de um e se dá a outro, restituindo-lhe a vida. Sempre houve essas dificuldades. Então, isso é a ciência... Isso é fruto do divino Espírito Santo, baixando na cabeça dos humanos. Se o nosso País não a buscar, os outros vão buscá-la. Depois, não vamos ter nem dinheiro para pagar esses benefícios que a pesquisa e a ciência trazem. Então, aquela lei foi elaborada como devia, fruto da exaustão e da competência dos debates realizados aqui. Por esta Casa passaram os maiores cientistas e chega-

mos àquela conclusão, dentro da ciência, para, com responsabilidade, servir ao mundo. Então, só temos de aplaudir aqueles que se debruçaram para elaborar a lei e aplaudir este momento de grandeza do Senado da República. Evidentemente que, numa democracia, há essa tripartição do poder. O outro Poder foi chamado a opinar, e a democracia vive da equipotência dos poderes, um freando o outro, como nós temos de estar atentos às mazelas do Poder Executivo ou do próprio Judiciário. Então, isso é normal na democracia. Mas nós, que nascemos para servir o povo – democracia é isto –, jamais poderemos frear a pesquisa, a ciência, que vem em benefício da humanidade. V. Ex^a, então, receba os nossos cumprimentos. Por isso que digo que este Senado é grandioso. Este é o primeiro Senado, Presidente Gim Argello – que tem uma trajetória política, brava e brilhante, sendo Cirineu de um dos maiores homens da política na história deste Brasil, que é o Roriz. Costumo dizer que Deus fez o mundo, mas Juscelino e Roriz fizeram Brasília. Então, ele está ali simbolizando essa força. Na política é assim: Winston Churchill disse que a política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, a gente só morre uma vez; na política, várias vezes. Todo mundo viu que Winston Churchill tombou. Depois ele ressurgiu. Todo mundo viu que Charles De Gaulle tombou. Getúlio Vargas, Perón e assim se sucede. Então, enganam-se aqueles. Roriz saiu daqui dessa cadeira, mas ninguém o tira do coração dos pobres de Brasília, do Piauí e do Brasil todo. Então, quero dizer que este Senado é um dos melhores da história. Ô, Gim Argello, no primeiro Senado da República eram 42 brasileiros e uns portugueses. Vinte e dois eram da área do Direito, os magistrados. Desde então eles fazem leis boas para eles. Olhe o nível salarial deles e o dos outros! O Senado tinha dez militares, Duque de Caxias etc. Tinha sete da Igreja, como o Padre Feijó. E tinha só dois médicos. Hoje somos mais de seis aqui, mostrando que houve essa evolução, essa crença. E V. Ex^a é um deles, que representa, com grandeza, a classe médica. Entendo que a ciência médica é a mais humana das ciências e que o médico é o grande benfeitor da Humanidade. V. Ex^a traduz essa grandeza.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Devo afirmar que sou católico e que a minha religião permite que sejam doados os órgãos de uma pessoa que está na UTI com morte cerebral.

Até os nossos conhecimentos atuais, esses embriões que estão congelados nas clínicas, que estão no máximo com dez, doze dias de evolução, não têm atividade cerebral, não têm sequer células nervosas; as células não se diferenciaram ainda.

Creio que a minha religião, numa oportunidade mais à frente, vai permitir, vai mudar a posição que atualmente tem com relação aos embriões.

Temos de analisar bem e chegar às conclusões, porque essas pesquisas trarão enormes benefícios às pessoas doentes. A vida dessas pessoas é limitada pela própria doença; a sua capacidade de locomoção e de viverem sozinhos é limitada, podendo ocorrer acidentes, como acidentes de trânsito, muitos deles relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas, outro problema grave em nosso País.

Então, reafirmo que o Supremo não pode tirar a esperança dessas pessoas. Há que se permitir que haja pesquisas com células-tronco embrionárias, de embriões que já estão congelados há mais de três anos e com autorização dos pais. É como se fosse doação de um órgão de um parente nosso que está com morte cerebral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gim Argello.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Gim Argello, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF)

– Agradecemos ao Senador Augusto Botelho, parabenizando-o por tão belo discurso, tão importante e pela posição firme que S. Ex^a assumiu.

Da mesma forma, parabenizo o grupo de estudantes do Senai de Taguatinga, que hoje visita o Senado da República.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pela ordem, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero pedir minha inscrição pela liderança do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – V. Ex^a terá sua inscrição atendida. Antes, porém, está inscrito o nobre Senador Mão Santa, representante do Piauí.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, tem dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gim Argello, que preside esta sessão de segunda-feira; Parlamentares aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Presidente Garibaldi, V. Ex^a está longe de imaginar a força desta tribuna e do sistema de comunicação do Senado, que V. Ex^a e Efraim ajudaram a implantar. O sistema de comunicação do Senado é um dos ícones de modernidade da comunicação.

Aliás, Efraim, entendo muito pouco desse negócio de computador. Muito pouco mesmo – confesso minha ignorância. Sou do tempo da enciclopédia, do livro, da biblioteca. Sou do tempo em que a maior invenção era o avião. Em relação ao computador, fico até complexado! Outro dia, eu estava mexendo nele, chegou um neto e disse: “Saí daí, você não sabe, não!” Ele sabe mais do que eu. Não sou do tempo do computador. Meu computador ainda é a mente, o cérebro, Efraim!

Mas, veja, isto é tão importante, Efraim! Quero lhe agradecer. Ontem, fui aplaudido de pé na Bahia, porque a televisão já está lá. Houve a reunião do PMDB Jovem do Nordeste, mas havia outros brasileiros. Estava o Geddel, que abriu a reunião. Pediram-me que a encerrasse. E, hoje, o Prefeito, filho do nosso Senador João Durval, é do PMDB.

Então, quero dizer que o PMDB lá está muito vivo e forte, Efraim, graças à sua ação. Recentemente, V. Ex^a colocou a televisão na Bahia, e quero saber quando V. Ex^a vai levá-la para o Piauí. Para a Paraíba, V. Ex^a já levou – “Mateus, primeiro os teus”. Garibaldi, o pedido é para os dois. Estou mais conhecido na Bahia do que no Piauí, por causa da televisão. Então, faço essa reivindicação.

Garibaldi, aqui tem um *e-mail* que traduz isso. Daqui me manifestei e tenho uma crença muito grande.

Gim Argello, a força disso...

Ninguém sabe por que Getúlio se suicidou. Affonso Arinos, poucos dias antes, daqui, disse: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama?” Porque a mídia era do Governo. Havia o DIP (Departamento de Informação e Propaganda) que dizia que tudo era mentira. Mas, daqui, Affonso Arinos fez um discurso que Getúlio não resistiu e desistiu da vida.

Efraim, V. Ex^a começou aquela problemática – e sou seu Cireneu. É uma aberração! Os aloprados do Luiz Inácio... Garibaldi, você sabe por que está havendo essa medida provisória? Gim Argello, Luiz Inácio colocou 40 Ministros. Nunca antes houve isso. Não há isso, Luiz Inácio! Nos Estados Unidos, só há de 14 a 16 secretários de Estado, o que corresponde ao nosso ministro.

O que está havendo de medidas provisórias, Garibaldi? Os aloprados nomearam 40. V. Ex^a não sabe o nome de 10, porque eu não sei. Não sabemos o nome de 10 ministros! Eu não sei. Eles querem mostrar serviço. Cada dia um leva um. Quarenta! Aí vêm os outros e vão até o Luiz Inácio: “Veja esta medida provisória. É boa para seu Governo”.

O nosso Luiz Inácio querido, Sibá, ele mesmo disse que não gosta de ler. Foi ele quem disse. Ele disse, na sua franqueza: “Ler uma página de livro dá uma canseira! É melhor fazer uma hora de esteira”. Palavras dele. Então, quando um Ministro, aloprado, chega na mesa dele e diz: “Veja esta medida”, ele assina – e assina rapidamente –, manda para cá e entope o Congresso. O Garibaldi e o Chinaglia não dão jeito, porque são 40 Ministros, e eles querem mostrar serviço. Mandam o pacotão, e o Luiz Inácio não o leu. Essa ele não leu.

O Efraim é muito atento, é muito esperto. Ele é caladão, mas, ô bicho sabido! Mais do que nós todos. O Efraim fez um discurso que chamo de “páginas amarelas”. Foi o primeiro.

É uma imoralidade isso! Foi um aloprado que colocou. O que estão fazendo não se faz, ouviu, Garibaldi? Garibaldi, a matéria não vai passar aqui. Isto aqui é diferente, isto aqui é a última trincheira do povo e da democracia. É por isso que dizem: “Vamos fechar o Senado”. É aqui a resistência democrática. É só aqui. Na Câmara, o Luiz Inácio mesmo disse que havia 300 picaretas. E eles não reagiram. Aqui, não; aqui é diferente.

Eles fizeram aquela medida provisória, e foi o Efraim o primeiro. Agora, já tomei a luta para ele. Essa aqui não vai passar, não. Pode vir Chinaglia, PT. Não passa.

Disseram: “É proibido bebida nas estradas”. Luiz Inácio vai no aerolula. Ele bebe, ele toma umas. Não é só ele, não. Eu também gosto de viajar. Eu tomo umas. Eu acho que empato com ele. Não é mal, não. Quando a gente viaja de avião, pede uísque, pede cerveja, pede vinho. E a bebida vem. Se for vôo internacional é que tem mesmo! A gente pode, Garibaldi. Agora, o passageiro do ônibus, depois de trabalhar um ano, tira suas férias, passa numa cidade, um calor danado, como Teresina, e o passageiro do ônibus não pode tomar uma cerveja. O que ele tem de ver com essa lei? Quem não pode beber é o piloto, o aviador; não pode beber é o motorista, mas, o passageiro?!

Ô Garibaldi, isso é tão sério! Um aloprado decidiu isto: “Vamos diminuir a bebida, fazer propaganda. O sistema de comunicação mostra que está diminuindo”. Não está diminuindo nada! Vimos lá, em Natal. Havia menor guiando aqueles *buggies*, aqueles jipizinhos das praias. Aí é que está!

Um brasileiro, lá do Japão, Garibaldi – vejam como esse negócio é interessante –, ouviu o discurso e disse: “Tem razão”. Vou ler aqui para V. Ex^{as}. Do Japão.

Ô Gim Argello, você não conhece minha cidade, não? Você conhece Parnaíba, o litoral? Você tem o direito de ser feliz. Aqui, não há praia. Sei que, para se chegar à praia, a gente percorre 20 quilômetros dentro da cidade. Ô Garibaldi, são 20 quilômetros de Parnaíba para se chegar à praia. O que fizeram de hotéis, de restaurantes... Pediram empréstimos para fazerem os hotéis. Cadê? Tudo falido. Tem faixa contra o nosso Luiz Inácio. Tudo. Não pode beber cerveja. Eu não me vou hospedar num hotel em que eu não possa tomar a minha cerveja, o meu uísque e o meu vinho. Não vou, ninguém vai! Está tudo falindo. Agora, um aloprado manda um negócio desses, inconseqüente, em vez de fazer uma lei boa. Está ali um empresário que já está vindo. Não pode! Tem gente se suicidando porque fez empréstimo para fazer um hotelzinho. Aí, abruptamente, os aloprados mudam. Que coisa! Tem gente que foi fazer o hotel – eu já conversei –, deve ao banco e o banco é desgraça toda. Daqui a pouco, querem tomar tudo dos homens, até a família – é porque não pode, é pecado.

Então, é isso, Sibá. Foi um aloprado que meteu na cabeça do Lula.

Olha o Japão. Eu sou daqueles para os quais o avião é a coisa mais importante. O computador, tenho até raiva desse negócio, mas está aí e tenho de aceitar. Eu não sei. O avião é melhor, mesmo, não é Efraim? Quando passa uma mulher bonita, o que é que o cara diz? “Olha um avião, lá vai um avião”.

Olha o computador. Lá do Japão, um ouvinte que busca a verdade, Domingos Takahashi, 7 de março, a gente faz automaticamente o negócio: “Multa aqui no Japão e polícia é lei, aqui a polícia manda”.

Atentai bem, Luiz Inácio. Você viaja, medite, estude um pouco e olhe lá. Nos Estados Unidos, eu tinha dado o exemplo, em Miami, de como funciona, segundo brasileiros.

“Mão Santa, tudo bem. Por aqui estamos todos bem, graças a Deus. Nós acompanhamos pela TV Senado...” No Japão, Garibaldi. Você tem uma face meio japonesa, por isso eu acho que botaram esse especial. O Garibaldi.

Ele diz: “...através da Internet todos os dias”. Olha lá! Está aqui: “Fico muito feliz por termos representantes do povo como o senhor, Mão Santa, como Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Kátia Abreu, Marisa Serrano e muitos outros. Quanto às multas de trânsito, aqui, no Japão, é diferenciada a mínima, 300 mil ienes, e varia de acordo com a dosagem alta de álcool, e mais prisão. Aqui, quem dirige bêbado tem de pagar multa, mais a

prisão; são até dez anos de prisão”. E nunca mais se guia no Japão, onde não há lei seca, não!

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas há lei lá: se guiou bêbado, são dez anos de cadeia, mais multa de 300 mil ienes, dinheiro deles, que não sei se é igual ao euro. E nunca mais se guia.

Aqui, deve haver lei para o infrator, não para acabar com o prazer e com a felicidade de quem vai num ônibus, que, desse jeito, não tem direito de tomar uma cervejinha. Enquanto isso, posso tomá-la no avião, e Lula toma a dele. Dizem que ele gosta. Eu também gosto; não estou falando mal dele, não.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim, Senador, somente deixe-me terminar o *e-mail* do brasileiro que está no Japão: “E mais prisão (...) Se atropelar e matar criança tem de indenizar por 60 anos...”. Se se mata uma criança lá, tem-se de indenizar por 60 anos, tem-se de pagar multa para a família. E continua: “(...) pois aqui se aposenta aos 60 anos, e calcula-se a vida útil de trabalho, e, se matar um médico, *san oko* ienes, ou 300 milhões de ienes, ou três milhões de dólares e mais dez anos de cadeia com serviços pesados. Aqui, o preso trabalha. Até para dormir, o preso só pode dormir olhando para cima. Aqui, dirigir falando no celular (...)”. Isso aí, sim, eu não estou com celular. Aliás, condeno. Está tudo doido. Se é pego falando no celular, a multa é de 28 mil ienes. Isso tem de ser colocado aqui, aqui!

Quem tem de ser punido é o responsável. Tomar umas, Sibá, eu tomo. Outro dia, chegou um Senador e me disse: “Rapaz, você disse que toma todas?”. Feio seria se eu dissesse que não tomo e se eles passassem bem ali e me vissem tomando uma cerveja. Vão dizer: “Ah, está mentindo!”. Não estou, não! Nunca fui para a minha sala de cirurgia tendo tomado umas, estando bêbado. Aí, eu deveria se cassado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) e pelo Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Tem de se punir o responsável!

Continuo a leitura do *e-mail*: “Aqui, dirigir falando no celular 28 mil ienes e suspensão da carteira por 90 dias. Aqui a polícia que é lei. Caso não pague, é chamado no fórum, mas todo mundo paga no prazo de 48 horas. Gostaria de receber resposta do senhor. Eu fiquei muito feliz de ter recebido vários *e-mails* do Senador Arthur Virgílio (...). Hamamatsu, 08 de março, Japão”.

Então, essa é a realidade, Efraim.

Recebi um *e-mail* de um jovem estudante. É bacana, a mocidade é pura. Ele disse: “Mão Santa, ouvi

sua conversa contestando essa medida provisória. Não vou botar nem meu nome [olha aí, Augusto Botelho, a juventude como é boa], porque meus colegas sabem que dirijo bêbado. Eu não vou botar meu nome, mas o senhor está certo. Eu guio bêbado, porque, aqui, se eu atropelar qualquer pessoa e matar, é uma cesta de alimentos que a gente dá, e está resolvido o problema. Mas, se fosse dura [é o estudante puro], eu não ia guiar bêbado, não. Eu não ia chamar um táxi, como você disse que o americano faz”. O americano não guia bêbado. Ele tem quatro, cinco carros, mas, se vai para o bar ou se vai beber, almoçar, jantar, chama um táxi. Ele tem quatro carros, mas não dirige.

É educação. Educação é o que falta, Luiz Inácio. Educação é o que falta. É disciplina o que falta. É isso! Não podemos levar à falência milhares e milhares que estão sustentando a família. Vão ser assaltantes. Vão falir, não vão pagar os empréstimos, não vão pagar os compromissos. Então, é isso.

O estudante disse: “É porque não é punido. Se fosse, eu ia a pé para casa ou ia pedir a um amigo para me dar carona, mas não ia guiar, não”. É porque não há lei dura para punir. Se a gente mata um aqui, dá-se uma cesta básica, e se resolve.

Para os que têm pudor quanto à bebida, quero dizer que recebi um *e-mail* de um evangélico que disse: “Sabe que o senhor tem razão? O Governo deveria aumentar a fiscalização, pagar a Polícia Rodoviária para fiscalizar. Devia pagar mais e liberar”.

Então, essas são nossas palavras.

Efraim, V. Ex^a começou essa luta e é da Paraíba. “NEGO” é o que está escrito na bandeira. V. Ex^a começou. Vamos modificar isso, porque está mal feito. Isso foi um alopado que meteu na cabeça do Luiz Inácio, que não leu o que ele disse e que mandou para cá.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, o pior é que é medida provisória. Só falta ser a Medida Provisória nº 51, a “medida provisória da cachaca”. Não faltaria mais nada, Senador Mão Santa. O Governo já inovou, idealizando medidas provisórias as mais diversas, as mais esdrúxulas, afrontando a Constituição. São absolutamente inconstitucionais essas medidas provisórias que o Governo encaminha. Essa é inconstitucional e não é nada inteligente. V. Ex^a já desmontou, com muita competência, a medida provisória. Naturalmente, o Senado tem de rejeitá-la. Vamos votar contra, V. Ex^a, eu e muitos outros. Independentemente do assunto tratado nessa medida provisória, quando não há relevância e não há urgência, não há por que aprovar. Discursamos a respeito da inconveniência das medidas provisórias, do que significam essas medidas provisórias em termos de atraso, de comprometimen-

to da produção legislativa, de desgaste da imagem da instituição. Tudo isso discutimos aqui, mas precisamos agir. A ação é esta: rejeitar. Se a medida provisória é inconstitucional, nós a rejeitamos. Podemos até concordar com o teor dela, mas devemos rejeitá-la. O Governo que encaminhe de forma constitucional e jurídica, por meio de projeto de lei! Mas essa, inclusive no mérito, não há como aprovar. V. Ex^a diz bem: temos de punir o infrator. Creio que a liberdade que têm os empresários, as empresas que se estabelecem à margem de rodovias, no perímetro urbano, essa liberdade está sendo comprometida por essa medida provisória. Ou seja, ao invés de punir o infrator, o Governo quer punir quem não comete infração alguma. Portanto, V. Ex^a está coberto de razão. E estamos subscrevendo seu pronunciamento no inteiro teor dele. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, atentai bem! Os Estados Unidos fizeram uma lei seca, e foi aí que surgiu Al Capone. Com isso, vai surgir o contrabando de bebida, o garçom andando por debaixo. Isso não vai acabar, Luiz Inácio. Primeiro, nós bebemos, você bebe, eu bebo. Não vai acabar esse negócio de bebida.

E é velha, ouviu, Gim Argello? Eu pensei que o vinho era mais velho, mas nada! Outro dia, estudando a história do mundo, vi a cerveja lá no Egito, antes, muito antes de Cristo. As doenças eram transmitidas pela água, quase todas: cólera, febre tifóide. A humanidade viu que levedura de cerveja esterilizava a água, diminuía as doenças. Então, cerveja é velha, vinho é velho. Cristo já passou, multiplicou.

Os Estados Unidos têm experiência, eles fizeram uma lei seca, e aumentou... Foi aí que surgiu Al Capone, máfia, Dom Vitor Corleone. E ele nunca foi preso por isso, não. Se não se seguram as pontas das cocaínas, dos *cracks*... Como é que vai segurar isso? Vai é provocar o aparecimento dessas fraudes.

O problema é educacional. Temos de nos conscientizar, temos de ter disciplina, temos de ter responsabilidade.

São essas nossas palavras, Sr. Presidente.

Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem de mandar um presente para os Ministros, um dicionário, porque eles estão comprometendo o Luiz Inácio. A Constituição diz que medida provisória só se justifica em caso de urgência e de prevalência. Ele não sabe o que é urgência nem prevalência. Tem urgência esse negócio? Álcool existe há muito tempo. Não é urgência isso. Então, se não satisfizer o critério de urgência e de prevalência, será motivo de se fazer uma lei justa, para analisar essa questão.

Vamos afastar as zonas urbanas. Na minha cidade, a BR percorre 20 quilômetros. Vi pessoas boas,

idôneas, honradas, famílias falidas, desesperadas, com faixas. Não é mole, Senador Garibaldi!

Senador Garibaldi, sou cirurgião. Depois que me tornei Governador, nunca mais operei, não vou operar mais. Essa gente não pode mudar de profissão assim, não, Senador Alvaro Dias! Eles só sabem aquilo. O dono de um hotel sonhou aquilo. É o patrimônio dele. É o meio de vida dele, é a dignidade dele. É o trabalho dele. O Dubal, da churrascaria, vive disso. Mas um alopado muda tudo de uma hora para outra. E os compromissos que eles têm?!

“É uma lástima!”, dizia um jornalista do Piauí que foi Deputado, Deoclécio Dantas. “Isso é uma vergonha!”, dizia Boris Casoy, que eles tiraram. Mas, Luiz Inácio, Vossa Excelência não consegue tirar-me daqui. Isso é uma vergonha! E vamos enterrar essa medida provisória.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Gim Argello, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do PT. V. Ex^a terá cinco minutos, com direito a uma prorrogação de três.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje fazer um balanço do resultado da experiência de Governo no Estado do Piauí pelo Governador Wellington Dias.

Relato do Governador.

“Desenvolvimento com qualidade de vida, com democracia, participação popular e planejamento: essa é a idéia fixa do Governador Wellington Dias no Estado do Piauí. Neste início do segundo mandato, colhe resultados de uma administração pública orientada para a organização do Estado. Pretende fazer isso, integrando as ações do Estado com os Municípios e, principalmente, com o Governo do Presidente Lula.

Sua eleição em 2002, com 51% dos votos no primeiro turno, foi claramente um misto de revolta contra o costumeiro atraso dos salários dos servidores públicos, contra direitos e condições de trabalho desrespeitados e contra a corrupção, contra a falta de capacidade de investimentos e a esperança numa liderança nova, casados com a perspectiva da eleição do Presidente Lula. Já em 2006, novamente uma belíssima vitória no primeiro turno, com cerca de 62% dos votos, prevaleceu a aprovação do projeto em andamento. O fato é que o povo percebeu que não só os salários estavam em dia, como o Estado do Piauí está mais organizado, voltou a ter capacidade de investimento; o desenvolvimento com

qualidade de vida prometido começou a ser sentido. Numa linguagem do povo: o Piauí decolou e é visível.

O Plano do Estado – e o governador faz questão de diferenciá-lo de um plano de governo –, debatido desde 2003 por mais de um milhão de pessoas em fóruns territoriais, congressos, conferências, encontros, seminários, etc., aponta para o longo prazo, 20 anos ou até 2022, um plano de metas com cinco grandes objetivos:

- Implantar uma rede de proteção aos mais pobres. Já são mais de 1,5 milhão de pessoas contempladas com programas integrados com o Governo do Presidente Lula – o Bolsa Família, Programa do Leite, Economia Solidária, subsídio na tarifa de água e energia, garantia da safra etc. Mas o Governo do Piauí faz questão de afirmar que essas medidas são emergenciais, não tiram da pobreza, mas impactam no combate à fome, desnutrição, garante água potável etc.

- Educação para todos. Hoje, próximo de 1,4 milhão pessoas no Piauí estão estudando alguma coisa. O programa de alfabetização colocou em sala de aula, desde 2003, mais de meio milhão de jovens e adultos e a redução do analfabetismo é uma realidade. Aproxima-se de 98% o número de crianças de 6 a 14 anos matriculadas e freqüentando a escola. Agora estão sendo ampliadas vagas, profissionais qualificados e equipamentos adequados para a educação de pessoas com deficiências, como surdos, mudos, deficientes físicos, mentais etc.

Destaca-se aqui o trabalho do Centro Integrado de Educação Especial em Teresina, um dos mais completos do País e que vai incorporar agora a área da saúde, com o Centro de Reabilitação a ser inaugurado neste semestre.

Outra aposta é na infra-estrutura de desenvolvimento. O Piauí é um Estado rico. Tem irregularidade de chuvas? Sim. O ano passado foi ano muito ruim, com forte irregularidade de chuvas no semi-árido. Mas o Estado tem cerrados, transição com a região amazônica, pois, da metade do Estado em direção ao oeste, próximo ao Maranhão, chove regularmente entre 800mm a 1.000mm. O grande atraso é justificado pelo atraso na educação e na infra-estrutura, especialmente de energia e transporte. Fortemente apoiado pelo Governo Federal e bem integrado e apoiado pela Bancada Federal, o Piauí se destaca na melhoria das estradas, pontes no norte, no centro e no sul. O próprio DNIT reconhece que o Piauí, que já recebeu a patente das piores rodovias do Brasil, hoje tem as melhores. Até

2002 restavam 78 cidades integradas por asfalto. O Piauí está chegando agora a 160 cidades, e a meta é chegar, em 2010, a cerca de 210 cidades integradas por asfalto. Foi recuperada a ferrovia ligando Teresina a São Luís, no Maranhão, Porto de Itaqui; no sentido para Fortaleza ligando ao Porto de Pecém.

Foi iniciada em Pernambuco, em direção ao Piauí e Ceará, a Ferrovia Transnordestina, devendo, nos próximos meses, chegar ao Piauí, em dois blocos: um de Elizeu Martins para Paulistana e outro de Trindade (PE) para Paulistana.

Está sendo licitado o projeto para retomada da obra do porto de Luís Correia, com recursos já empenhados e apoiados por emenda no OGU de 2008, da Bancada do Estado no Senado Federal.

O aeroporto de Parnaíba já está com a Infraero e recebendo vôos nacionais e internacionais. Consta do PAC, com projeto pronto para a ampliação da pista de 2.100 metros para 2.500 metros, e reforço na pista. A licitação da obra será lançada nos próximos 30 dias, pela Infraero, devendo ficar pronta até o início de 2009. Parnaíba vai ficar a seis horas de Lisboa, sete horas de Madri e de outras cidades da Europa. O aeroporto de São Raimundo Nonato teve suas obras retomadas e deverá ficar com a pista pronta até o final do ano, em condições de receber vôos internacionais.

Outro bloco de investimentos é no setor de energia elétrica. São redes integrando o Piauí, que é o produtor de energia da barragem de Boa Esperança, e há cinco hidrelétricas novas no PAC, na Bacia do Parnaíba, integrando o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. São os maiores investimentos do Governo do Presidente Lula no Piauí desde 2003, permitindo o reforço ou carga mais potente no sul, no centro e no norte do Estado.

Foi inaugurada agora a base de São João do Piauí, um dos maiores entroncamentos energéticos do meio norte do País, linha para o sul do Estado, a partir da grande subestação de Eliseu Martins, que agora vai abastecer Canto do Buriti, Bom Jesus, Corrente, Curimatá e Uruçuí.

Além do linha para Picos, contribuindo para várias subestações naquela região. No Norte, ficaram prontas várias subestações e linhas, em Teresina e Piri-piri, o que está permitindo as linhas de reforço para Campo Maior, Esperantina e, agora, para a região de Parnaíba, que contará ainda...

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...e está também no PAC, com uma base eólica, até 2009.

Deixe-me apenas concluir, já passo a V. Ex^a.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Serei rápido. É dentro desse assunto, se V. Ex^a me permite.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pode ser.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – V. Ex^a tem ido ao Piauí recentemente ou foi apenas informação que o Governador mandou para V. Ex^a?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – As duas coisas.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – As duas coisas. V. Ex^a tem ido constantemente e visitado o interior do... Verificou isso tudo?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não tão constantemente, mas fui...

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Pelo que o Senador Mão Santa diz aqui, não é bem esse o quadro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É compreensível o que ele fala.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Eu não sei exatamente... Eu tenho que tirar essa dúvida com o Senador Mão Santa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É o que estou fazendo.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Estou citando S. Ex^a, até pelo art. 14, mas espero que haja o esclarecimento, porque o Senador Mão Santa tem reclamando inclusive de uma ponte. Apenas para tirar minhas dúvidas, porque eu, como V. Ex^a, ouço os pronunciamentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Posso concluir, Senador?

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O Governo do Piauí reconhece que houve atraso no programa Luz para Todos, outro grande investimento, mas está confiante com a retomada de várias obras pela Cepisa e uma urgente definição sobre a situação da empresa, e com o trabalho da Chesf, que está concluindo licitações para o Programa Luz para Todos. De qualquer modo, os serviços de iluminação pública foram ampliados, chegando à casa de 87,7% em 2006. Todo o esforço é para completar cerca de 140 mil ligações que estão em andamento, projetadas e autorizadas para até 2009.

No Piauí, que, na zona rural, de cada 100 famílias, 70 viviam na lamparina até cinco anos atrás, é preciso comemorar Municípios como Acauã, Dom Expedito Lopes, Vila Nova, Campo Grande, Porto Alegre, etc., com 100% das comunidades com energia elétrica.

Esses investimentos repercutem na economia do Estado, que aposta no agronegócio, mineração e serviços, especialmente no comércio e turismo, para gerar emprego e renda e sustentar um crescimento de

longo prazo. O Produto Interno Bruto – PIB, do Piauí, em 2002, era de R\$7,42 bilhões, e chegou, em 2006, em cerca de R\$11,12 bilhões. Pelos dados de 2007, o Piauí tem tudo para dobrar o PIB durante estes oito anos de mandato do Governador Wellington Dias.

A produção de grãos dobrou, saindo de cerca de 600 mil toneladas para cerca de 1,2 milhão de toneladas de soja, arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar, etc., e tende a crescer ainda mais. A produtividade do algodão varia de 280 a 330 arrobas por hectare. São cerca de 65 sacas de soja por hectare. O Piauí é o segundo lugar do Brasil em produção de mel – e mel orgânico –, o segundo maior rebanho de caprinos, grande produtor de caju, mandioca, camarão, derivados da carnaúba, e agora se revela na produção de fruticultura.

O semi-árido do Piauí produz uva da melhor qualidade no vale do Piauí, Canindé e Sambito. Platô de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos, dois grandes projetos no PAC, são uma realidade pela força da Codevasf e a produção irrigada de goiaba, melão, abacaxi, acerola, banana, sementes, etc.

O Piauí é pioneiro na industrialização do *biodiesel* da mamona, do pinhão manso e também da soja. Conta com um profissional Programa de Desenvolvimento Florestal, atraindo empresas importantes do Brasil e do mundo.

O bloco de grandes investimentos é na qualidade de vida, com o conceito de universalizar serviços que são necessários para alongar a vida. Em esgotamento sanitário, o Piauí atendia 55% da população, em 2002, e passou a atender 67,1%. E agora, com o PAC, está dando um novo salto. Água potável para todos, nas cidades já chegando a 90%, considerando a zona rural, com base em dados do Pnad, realizado pelo IBGE, foi ampliado de 53,9% em 2002, chegando a 64,9% em 2006. A meta é, com cisternas, poços, adutoras, etc, chegar a 100% da população com água tratada até 2012; o Programa Luz para Todos, com rede e carga para todas as comunidades até 2010; e todas as cidades com unidade de saúde, mercado, ponto de cultura, base de informática, ensino básico completo, delegacias estruturadas, escritórios da Emater, etc, num total de 80 itens, permitindo forte impacto no aumento da longevidade, renda e média da escolaridade. Ou seja, fazendo crescer o IDH, até ultrapassar de 0,7 até 2012, e de 0,8 até 2022, que o mundo classifica como indicador de lugar desenvolvido.

Por enquanto, estamos nos aproximando de 0,6, e em 2010 estará o Piauí nessa caminhada, aproximando-se de 0,7.

Cresce o orgulho de ser piauiense. A reação dos piauienses no episódio Phillips do Brasil foi apenas

um exemplo. Se brincar, a Gysele Cajuína, piauiense, ganha o Big Brother Brasil.

Finalmente, um outro dado animador: o Piauí cumpre o seu Programa de Ajuste Fiscal, aumentado a capacidade de investimento, saindo da ordem de R\$42 milhões, no início do mandato, por ano, para mais de R\$210 milhões. Sua dívida, que era equivalente a 190% da receita corrente líquida, chegou a 65%, em 2007. E a dependência de recursos federais, que era de 65% em relação ao Nordeste, em 2005, foi registrado em 63%, e o Piauí ficou com 57,7%.

Sr. Presidente, são os dados que eu gostaria de registrar de uma brilhante administração, realizada por um grande Líder do Partido dos Trabalhadores na região Nordeste, que é o Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância pelo tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Art. 14.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas lembro que não citei o nome de nenhum dos Senadores. Se alguém citou, não fui eu.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fui citado, em paralelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, de acordo com o art. 14.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Só para dar um ensinamento ao jovem que nasceu lá no Piauí. O Piauí tem três Senadores aqui, e eu nunca vi nenhum falar tantas inverdades. São três Senadores! E também nunca vi um Deputado Federal do Piauí ter a ousadia de usar isso.

Agora, eu ensinaria – e é meu dever ensinar ao Sibá: o Benjamin Disraeli, no tempo da Rainha Vitória, teria ouvido desta, acertadamente, que o papel aceita qualquer coisa. Então, o papel que ele leu, sem fundamento, aceita qualquer coisa e aceitou muita mentira.

Eu só ia dar um quadro, porque a verdade é transparente, límpida. Um quadro vale por dez mil palavras.

Presidente Garibaldi, o Piauí votou. Três milhões de piauienses honrados votaram, mulheres e homens que trabalham e estudam, e conseguimos tirá-los dos piores índices. Vencemos os do Maranhão todos; alguns índices melhores da Paraíba, do Rio Grande do Norte. Sabe como é: índices. E, agora, o IBGE, que é do Governo, disse que o Piauí perdeu em todos os índices. Então, é um quadro. E veja: a própria Rainha Vitória teria dito ao seu primeiro-ministro, Benjamin Disraeli, que o papel aceita tudo. Então, o papel aceitou muitas mentiras.

Agora, esse homem tem uma qualidade: nasceu lá e tem coragem. É muita coragem e ousadia! Nenhum Senador teve coragem de dizer tantas mentiras, bem como nenhum Deputado Federal do Piauí.

Essas são as minhas palavras. Veja, o papel aceita tudo. O papel aceitou mentiras, mentiras e mentiras!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, como orador inscrito.

V. Ex^a terá dez minutos, com direito à prorrogação de cinco minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V. Ex^a com muito prazer, Presidente da nossa Casa, querido companheiro, Senador Garibaldi, que vem se conduzindo tão bem nessa espinhosa tarefa, mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero aqui, rapidamente, antes de entrar no tema que me traz, hoje, à tribuna, registrar a inauguração de uma agência da Caixa Econômica no Município de Sena Madureira. Faço aqui em meu nome e em nome do Senador Sibá, que também não pôde comparecer, certamente foi convidado como eu, e quero registrar esse fato. É um fato que, para muitos, pode ser pequeno, insignificante, mas, lá, para a população de Sena Madureira, é um fato importante, é mais uma agência de crédito que se instala no Município, além do Banco do Brasil, e faço votos de que a equipe da agência de Sena Madureira, como eles se intitulam aqui, sejam felizes na tarefa e na missão de estabelecer uma relação produtiva com a população de Sena Madureira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, o Acre perdeu a auto-suficiência na produção de alimentos. Hoje, importamos mais de 70% do que comemos no Estado, e não é por falta de gente para produzir, pelo contrário, ainda temos muita gente no campo que sabe e gosta de produzir.

O que tem faltado, nesse tempo todo, é uma política agrícola capaz de ordenar a produção, apoiar o homem do campo, garantir trabalho e renda para milhares de homens e mulheres e assegurar comida na mesa dos acreanos.

O discurso corrente no nosso Estado é que em breve teremos um mercado de milhões de pessoas que abasteceremos através da estrada do pacífico. Curiosamente, não conseguimos abastecer sequer Rondônia, com os seus quase dois milhões de habitantes que vivem ali do nosso lado. Rondônia, pelo contrário, é que nos abastece de grãos, de leite, de praticamente tudo.

Fala-se, naquele Estado vizinho, a título até de piada, Senador Garibaldi Alves, que se a estrada que nos liga for interrompida, em poucos dias, estaremos

com as dispensas vazias no Acre. Essa é uma incômoda verdade, mas nem sempre a situação foi essa.

Meu pai, o ex-Senador Geraldo Mesquita, governou o Acre em (entre) 1975 e 1979. A prioridade do seu Governo foi o fortalecimento do setor produtivo. Para tanto, organizaram-se ações, atividades e investimentos que, em quatro anos, mudaram a realidade do Estado.

O plano consistia em disponibilizar ao produtor os instrumentos necessários e a infra-estrutura adequada para permitir-lhe produzir com segurança para si e gerar excedente para o resto da população. Cuidou-se, inicialmente, de garantir o crédito, os equipamentos e insumos necessários. Os NARIS, Núcleos de Assistência Rural Integrados, instalados em pontos estratégicos, concentravam todos os serviços públicos de que careciam os produtores, do crédito à assistência técnica.

A Colonacre foi criada para abrir e manter ramais e construir açudes naquela oportunidade. A Cageacre, também instalada no período, encarregou-se de construir armazéns em todos os Municípios de então. Em quatro anos o Estado passou de capacidade zero de estocagem para estocar milhares de toneladas de grãos. Garantiu-se a política do preço mínimo. Assim, o agricultor passou a ter a garantia de armazenagem e renda garantida para o seu produto. Em pouco tempo os armazéns da Cageacre passaram a ficar abarrotados de grãos. Os açudes abertos pelos tratores da Colonacre passaram a ser abastecidos de alevinos produzidos em uma moderna estação de piscicultura instalada naquela ocasião para essa finalidade. Assentamentos foram instalados em razão do ordenamento fundiário praticado de forma solidária pelo Governo do Estado, INCRA e Poder Judiciário.

A chamada à produção fez florescer igualmente a atividade pecuária. O surgimento de uma forte bacia leiteira levou à instalação da Companhia de Laticínios do Acre (Cila), com financiamento do Banco do Brasil. Em pouco tempo o Acre passou a industrializar e a acondicionar leite, iogurte, queijo, manteiga de excelente qualidade.

A expansão da produção gerou a criação da Companhia de Desenvolvimento do Acre (Codisacre), responsável pela instalação do Distrito Industrial de Rio Branco.

A definição e execução de uma política agrícola naquele período garantiram o abastecimento de nossas cidades, cortando em grande parte nossa dependência com o restante do País.

O surto produtivo ocupou milhares de pequenos colonos, como lá chamamos nossos pequenos agricultores, o que minimizou os efeitos do êxodo rural provocado pela paralisação de nossos seringais. Em apertada síntese, foi isso o que aconteceu. Adotou-se

um modelo de política agrícola que foi executado rigorosamente conforme planejado.

Hoje, a realidade é adversa. As cidades do Acre estão inchadas em razão do êxodo rural, notadamente Rio Branco, nossa capital. Famílias inteiras com tradição na atividade agrícola estão há muito tempo se instalando de forma precária nas periferias das cidades, largando o campo em busca do que não encontram nos centros urbanos: trabalho, emprego, renda, seja lá o que for. Saem da zona rural não por vontade própria. São forçados a isso em razão da inexistência de uma política agrícola capaz de mantê-los produzindo. Ainda se produz no Acre, mas pela coragem e perseverança daqueles que vão ficando no campo em condições cada vez piores. Na zona rural do meu Estado os habitantes brincam com o próprio drama que vivem. Segundo eles vive-se um período de completa fartura no Acre, ou seja, “farta” estradas rurais, “farta” equipamentos agrícolas, “farta” assistência técnica etc. É a maneira que a população encontra de brincar com a própria agrura.

Ano passado, o atual Governador Arnóbio Marques lançou as bases para a formulação de um plano que coloque o Estado mais uma vez como parceiro daqueles que querem produzir. Na nossa região, o Poder Público precisa assumir o seu papel de indutor do processo de desenvolvimento. Não há como fugir disso. Ao Estado cabe planejar e suprir o setor produtivo da infra-estrutura mínima para o seu necessário desenvolvimento. Aos produtores cabe plantar, colher e produzir. Essa parceria costuma dar frutos, como tivemos oportunidade de demonstrar.

A iniciativa do atual Governador Arnóbio Marques é muito oportuna, porque surge no momento em que se alargam as possibilidades. O programa Território da Cidadania contempla, num primeiro momento, toda uma região do Acre com forte vocação agrícola. Assim, as ações do Estado, conjugadas com do governo Federal, poderão resultar, se efetivamente executadas, na reversão do dramático quadro atual que vivemos. Em curto espaço de tempo, ao invés de importarmos comida de Rondônia e outros Estados, poderemos estar abastecendo o mercado interno do nosso Estado e gerando excedentes. Não é tarefa impossível. Basta vontade política e amor ao povo acreano, bravo e trabalhador. E isso pode ocorrer sem qualquer prejuízo ao meio ambiente e à preservação. No Acre, Senador Augusto Botelho, já temos uma área imensa de floresta derrubada. Basta introduzirmos tecnologia adequada à sua utilização. Assim fazendo, podemos conciliar produção com preservação. Simplesmente proibir e punir os pequenos produtores sem oferecer-lhes alternativas de produção e sobrevivência não é atitude humana, nem inteligente. Eles não querem moleza. Querem continuar fazendo o que sabem e o que lhes agrada: produzir e viver com dignidade.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 18-11-2007)

Prazo final (prorrogado): 14-3-2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23-11-2007)

Prazo final (prorrogado): 19-3-2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

Relator revisor: Senador Renato Casagrande

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-11-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-3-2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta),

Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário

o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

17**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de*

contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle*

dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres -MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator "ad hoc": Senador Valter Pereira.

33**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

41

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhes-

sarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

42**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

43**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

44**REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*

do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

45**REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

46**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Pedindo as bênçãos de Deus para todo o nosso País, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 33 minutos.)

**ATA DA 14ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2008**
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 13, de 26 de fevereiro de 2008)

RETIFICAÇÃO

No Sumário, página 3512, 2ª coluna, item **2 – RETIFICAÇÕES**,

Onde de lê:

“(...) 23 de novembro de 2008 (...)”

Leia-se:

“(...) 23 de novembro de 2007 (...)”

**AGENDA DO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
Senador Garibaldi Alves Filho**

**10-3-2008
Segunda-feira**

**14 horas Ministro Guilherme Cassel – Ministé-
rio do Desenvolvimento Agrário**
Gabinete do Presidente do Senado Federal

14 horas Sessão não-deliberativa

Plenário do Senado Federal

**15 horas Visita dos Ministros Guilherme Pal-
meira e o Valmir Campelo TCU**

Gabinete do Presidente do Senado Federal

**18 horas Visita do Vice-Presidente do Conselho
Mundial de Água, Dr. Benedito Braga**

Gabinete do Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
- O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 04/03/2008

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Prazo final: 03/06/2008

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Exedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁴⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Majoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral:
19/04/1995

2ª Eleição Geral:
30/06/1999

3ª Eleição Geral:
27/06/2001

4ª Eleição Geral:
13/03/2003

5ª Eleição Geral:
23/11/2005

6ª Eleição Geral:
06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Carlos Alves Filho (PMDB-RN) Senador João Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

¹ Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

² Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



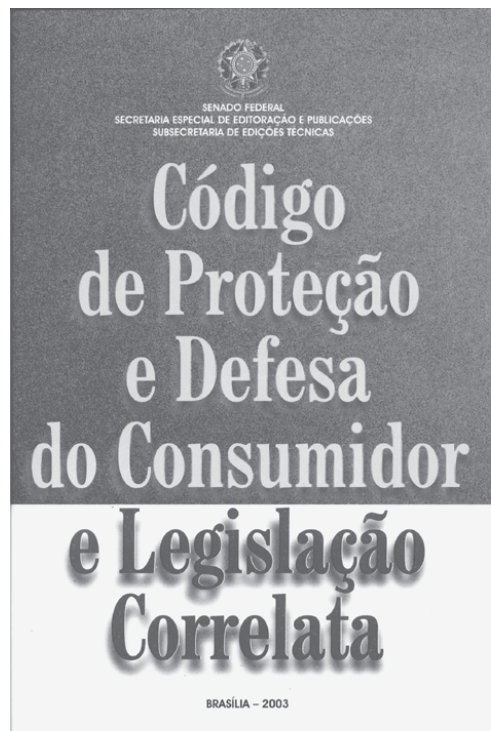
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 140 PÁGINAS